



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Ata da Sessão Extraordinária de 12 de maio de 2020

Aos doze dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte, pelas dezassete horas, reuniu, por videoconferência, a Assembleia Municipal.

PRESENTES

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; José de Magalhães Gagliardini Graça, em substituição do Senhor Deputado Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Gustavo Rodrigues Pimenta; Alberto Nuno Bragança Assunção Araújo Lima; Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Nuno Miguel Castelo Branco Matias Caiano; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição do Senhor Deputado Belmiro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço; José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Rui Carlos Moraes Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição da Senhora Deputada Cláudia Sofia da Costa Santos; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição da Senhora Deputada Maria Luísa Machado Pereira Botelho de Magalhães; Bebiania Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isabel



Teixeira Afonso Rodrigues; Maria Cecília Pinto da Silva Sampaio, em substituição do Senhor Deputado Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira.

Os Presidentes das Juntas de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, Alda Regina Silva Pena, em substituição do Senhor Presidente, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União das Freguesias Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Nuno Raposo Magalhães Ortigão de Oliveira; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitoria, António José Gonçalves Fonseca; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Às dezassete horas, foi feita a chamada e verificou-se estarem presentes 43 Deputados Municipais.

Verificando-se a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, declarou aberta a Sessão.

Recordou as regras para o bom funcionamento da Sessão, atendendo ao facto de se estar a realizar por videoconferência, pedindo aos Senhores Deputados que, quando não estivessem a usar da palavra, mantivessem os microfones desligados para evitar que ocorram problemas no som.

Deu conta que as regras das votações, com o prévio acordo de todos os Deputados, serão as mesmas que foram estabelecidas para a Sessão anterior, ou seja, serão transmitidas pelos líderes, em nome dos Deputados presentes, de cada um dos Grupos Municipais, sendo que se algum Deputado quiser votar em sentido diverso comunicá-lo-á, por mensagem ou ligando o som e pedindo a palavra para dar essa indicação ou ao líder do seu Grupo Municipal ou à Mesa.

As restantes regras serão aquelas que também estão estabelecidas, ou seja, a inscrição para o uso da palavra será feita, sempre que possível, pelo sistema de



mensagens, sem prejuízo de poderem, a qualquer momento, ligar o microfone para intervir.

Disse que a sessão é ambiciosa em termos de ordem de trabalhos, mas vão tentar, tanto quanto possível, cumpri-la em toda a sua extensão e, como tal, por uma questão de economia de tempos ainda não será naquela sessão que submeterá à votação Atas passadas que precisam de aprovação.

Disse, ainda, que será feito um esforço para que a Ata da presente sessão, tal como aconteceu com a da anterior, seja disponibilizada o mais brevemente possível, mesmo que em versão de *draft*, não aprovada, para que possam levantar todas as dúvidas que entendam.

EXPEDIENTE

(Expedido a 07/05/2020)

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, deu conhecimento do seguinte expediente recebido:

- *E-mail* do Movimento por um Jardim Ferroviário na Boavista, a dar conhecimento de um vídeo resultante de um debate organizado pelo mesmo, para abordar o modelo de desenvolvimento que estava a ser proposto para o terreno público da Boavista, situado ao lado da Estação de Metro da Casa da Música (NUD/146150/2020/CMP);
- Relatório de Observância do Direito de Oposição – 2019; (NUD/172697/2020/CMP);
- Edital das deliberações tomadas na Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de 9 de abril de 2020;
- Minuta de Ata da Reunião Privada do Executivo, realizada no dia 27 de abril de 2020.

ORDEM DO DIA

(Convocatória expedida a 05/05/2020)

(Ordem de Trabalhos expedida a 07/05/2020)



1. Deliberação sobre a 1.ª Revisão Orçamental do ano 2020.

(NUD/155483/2020/CMP; NUD/155155/2020/CMP)

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, desejou que todos estivessem de boa saúde e pediu permissão à Mesa para o Senhor Diretor Municipal de Finanças, Dr. Pedro Santos, fazer uma breve apresentação de alguns dos quadros, que foram também apresentados ao Executivo, que poderão depois ajudar a guiar melhor a discussão, fazendo ele próprio, após essa apresentação, uma intervenção política.

O Senhor Diretor Municipal de Finanças e Património, Pedro Santos deu conta que, na primeira Revisão ao Orçamento, está a fazer-se a integração de um saldo de gerência de 97,8 milhões de euros. Disse que, nos últimos anos, o saldo de gerência tem sido significativo relativamente a 2019, sendo o saldo de gerência maior que alguma vez o Município atingiu. Disse, ainda, que se está a promover alguns ajustamentos na receita, que têm em linha de conta uma estimativa que resulta daquilo que se admite ser uma recessão económica em função da situação de pandemia que se está a atravessar.

Referiu que do lado da despesa fizeram-se algumas revisões, quer pelo conjunto de medidas que o Executivo foi tomando, quer pelo reforço do fundo Porto Solidário, quer também pela redução de investimento nas empresas municipais, sabendo-se que a GO Porto e a DomusSocial tiveram que rever os seus planos de investimento, em função do quadro que, entretanto, se desenhou na situação de pandemia.

Salientou que, em rigor, o orçamento inicial era de 315 milhões de euros e, após a revisão, passou para 323,3 milhões de euros. A integração do saldo de gerência foi aprovada em reunião de Câmara e foi à Assembleia Municipal apenas para ratificação, ou seja, tendo em conta o conjunto de normas que foram publicadas, no âmbito da declaração do Estado de Emergência, após a sua aprovação em reunião de Câmara ela entrou imediatamente em vigor. Informou que,



pela primeira vez, se está a fazer a integração do saldo de gerência antes da aprovação da prestação de contas, o que é possível porque a Lei do Orçamento de Estado de 2020 veio consagrar a possibilidade dessa concretização com a aprovação do mapa de fluxos de caixa, que é da competência do Executivo e foi aprovado na última reunião de Câmara, não ficando dependente da aprovação da prestação de contas.

Deu nota que do lado da receita, há um impacto de redução de menos 48,5 milhões de euros e na receita de capital um reforço de 56,8 milhões de euros.

Apresentou, através de um *Power Point*, as principais movimentações.

Disse que, relativamente aos impostos diretos, no caso do IMT e da Derrama, fez-se uma estimativa de redução em baixa, sendo que na estimativa da Derrama para o Orçamento de 2020 tinha-se considerado a Derrama cobrada nos 24 meses anteriores, estando também incluída uma cobrança extraordinária, no valor de 10 milhões de euros, relativa a um processo judicial que envolveu a Autoridade Tributária e uma entidade bancária, mas, tendo em conta que foi uma receita extraordinária, decidiu-se deixar de a considerar para efeitos da previsão de receita para o ano económico em curso.

Informou que a Taxa Turística foi reduzida em 8 milhões de euros, tendo em conta a cobrança feita nos três primeiros meses do ano.

Informou que loteamento de obras, ocupação da via pública, publicidade, multas e outras penalidades são um conjunto de taxas que, na revisão em baixa, tiveram em linha de conta não só aquilo que se prevê ser a redução da atividade económica, mas também um conjunto de medidas que o Executivo foi tomando relativamente a cada uma delas, sendo que nas ZEDL – Zonas de Estacionamento de Duração Limitada, ou seja, o estacionamento à superfície, se prevê uma redução de 1,5 milhões de euros.

Relativamente às rendas de espaços não habitacionais, explicou que uma das medidas do Executivo foi suspender o pagamento de rendas, quer dos contratos de cedência temporária, quer dos arrendamentos comerciais, nomeadamente de restaurantes, e também das concessões do mercado urbano, como, por exem-



plo, do mercado do Bom Sucesso, do Hard Club ou da Pousada do Freixo, rendas essas que foram suspensas até 30 de junho, tendo, por isso, deixado de ser consideradas.

Deu conta que a participação no IVA foi uma medida que foi transposta na Lei do Orçamento de Estado 2020, sendo que o Município do Porto, ao qual cabem 2,3 milhões de euros em 2020, está a fazer, pela primeira vez, inscrição dessa receita.

Mencionou que nas receitas de capital, retirou-se um conjunto de receitas extraordinárias, nomeadamente as unidades de participação do Fundo Porto Douro e a redução de capital da Águas do Porto e também as hastas públicas que, apesar de estar previsto a realização de algumas na listagem anexa ao Orçamento, entendeu-se, por prudência, não as realizar, sendo o valor que se está a retirar é de 4 milhões de euros.

Salientou que o Orçamento inicial tinha um empréstimo bancário de 39 milhões de euros, que foi contratualizado no início de 2019, e já estava inscrito, e que o ano de 2019 terminou com dívida bancária zero. Disse que até março de 2020 aquele empréstimo bancário não foi utilizado, no entanto, por prudência, resolveu-se manter 30,6 milhões de euros de empréstimo bancário em função do plano de investimento das empresas municipais. Informou que naquela altura o Município já começou a utilizar o empréstimo que se estima que, em função da evolução do comportamento da receita, seja utilizado quase na totalidade durante o ano 2020.

Resumindo, disse que, na componente da receita reduziram-se, dos 97,8 milhões de euros do saldo de gerência, 30,7 milhões de euros de receitas extraordinárias; 48,5 milhões de euros de impostos diretos e de taxas; 1,9 milhões de euros de outras receitas e os passivos financeiros tiveram uma redução de 8,4 milhões de euros. Quanto à componente da despesa, verificou-se um crescimento da despesa corrente de 11,3 milhões de euros e uma redução nas despesas de capital de 3,1 milhões de euros, apesar da redução da revisão dos planos de investimento das empresas municipais GO Porto e DomusSocial, como já referiu.



Deu nota, ainda, que na componente das despesas correntes há mais 7,8 milhões de euros em aquisições de bens e serviços; 2,3 milhões de euros em transferências correntes e nos subsídios 1,3 milhões de euros, traduzidos nas aquisições de bens e serviços correntes e num conjunto de despesas que entretanto foram sendo realizadas e que representam no seu conjunto aproximadamente 1,7 milhões de euros. Acrescem um conjunto de outras necessidades relacionadas com encargos das instalações, comunicações, estudos, pareceres, projetos, consultadoria e outros trabalhos especializados. Referiu também que, relativamente a algumas despesas que estão sinalizadas em outras necessidades, existem alguns projetos em curso, essencialmente na área da mobilidade, e também está inscrito um conjunto de despesas que transitou de 2019 como dívida a fornecedores, uma vez que o ano de 2019 fechou com 1,1 milhões de euros de dívida a fornecedores, dívida não vencida, explicando que se trata da dívida das faturas que entraram no final do ano, não havendo, por isso, condições de, operacionalmente, as pagar. Portanto, em sede de revisão ao Orçamento fez-se a inscrição desses montantes, dado que, por ela transitar do ano anterior, vai onerar as dotações do ano económico em curso.

Esclareceu que nas transferências correntes está previsto um reforço de um milhão de euros para o fundo de emergência social e linha de emergência de apoio ao associativismo, que foi criado recentemente, no âmbito das medidas da COVID-19.

Deu conta que foram inscritos em subsídios 1 milhão e 100 mil de euros para a Porto Ambiente e para as Águas do Porto, 700 mil euros e 400 mil euros, respetivamente, por um lado, para o apoio à isenção das tarifas de disponibilidade dos serviços de gestão dos resíduos urbanos e para o abastecimento de água e saneamento e, por outro lado, para fazer face às medidas no âmbito do COVID-19. Disse que, tendo por referência as diferentes orgânicas do Município, na versão final do Orçamento os principais montantes de reforço pelas Unidades Orgânicas estão por valores absolutos, tendo depois o quadro da variação percentual.

Salientou o reforço de 123% que foi necessário fazer na área dos sistemas de informação, porque a forma como o Município entrou em teletrabalho obrigou



aquela área, a qual cumprimentou em nome de toda a equipa da Câmara Municipal do Porto, a adquirir os equipamentos informáticos necessários, para que o funcionamento da Câmara Municipal não sofresse alterações. Sublinhou também que a área dos recursos humanos teve um reforço de cerca de meio milhão de euros, que corresponde apenas a 1% do orçamento dos recursos humanos, que se destinou à aquisição de EPI – Equipamentos de Proteção Individual para fazer face ao combate da pandemia.

Relativamente às despesas de capital, informou que há uma redução de 8,7 milhões de euros nas aquisições de bens de capital, isto é, planos de investimento das empresas municipais; nos ativos financeiros há um reforço de 2,5 milhões de euros, onde se inclui o reforço de capital da empresa Porto Ambiente, e a retirada da dotação para o fundo de apoio municipal, uma vez que o Município do Porto em 2019 antecipou o pagamento da única prestação que estava em falta e que era relativa a 2020, portanto, estamos em 2020 a retirar essa verba. Sublinhou que, nas despesas de capital, os principais reforços são nas operações financeiras, que se destinam nomeadamente a processos de indemnização, sejam processos de expropriação relativos a projetos que estão em curso no Município, seja, eventualmente, alguma indemnização que o Município tenha que vir a suportar.

Concluiu, dizendo que existe um conjunto de medidas que interferem no Orçamento Municipal, quer por despesas diretas e despesa propriamente dita, quer por despesa fiscal, receita que deixa de ser arrecadada, quer por despesa indireta, por alocação de recursos municipais, isto é, recursos materiais e humanos, medidas que foram tomadas pelo Executivo Municipal em reunião de Câmara, uma delas relativa aos espetáculos artísticos e eventos, que é aplicada pela empresa Ágora, uma vez que aquele conjunto de medidas não são todas executadas pelo Município do Porto diretamente, mas também pelas empresas municipais, ou seja, pelo universo municipal. Referiu, ainda, a suspensão do pagamento de rendas e outros tributos, até 30 de junho, no valor de 335 mil euros; a isenção de tarifas em resíduos urbanos, 1 milhão e 100 mil euros; o apoio à realização da 3.^a edição da i3S Health Innovation Prize, numa edição especial



sobre a COVID-19; a isenção de pagamento das avenças dos parques de estacionamento aplicadas, quer pelo Município, quer pela Ágora; o protocolo referente ao Hospital de Campanha do Porto, em conjunto com a aquisição de EPIs, cerca de 1,7 milhões de euros; a celebração do contrato de parceria com a SAOM para o funcionamento das redes de restaurantes solidários; a prorrogação dos prazos de apoio à 1.^a edição do Fundo de Apoio ao Associativismo Portuense, que naturalmente tem implicações em termos orçamentais, no valor de 800 mil euros; a aprovação do programa Linha de Apoio de Emergência às associações do Porto, no valor de 150 mil euros; o regulamento de redução de taxas urbanísticas, projeto REURB – Regime Especial de Gestão Urbanística, avaliado em 2,7 milhões de euros, receita que o Município deixará de arrecadar; os apoios à atividade económica, empresarial e comercial, que são receitas que o Município deixará de arrecadar, quer por causa da isenção de taxas, quer do reembolso de taxas que já tinham sido pagas por alguns dos agentes económicos; a aprovação da criação do programa Porto com Sentido, com uma dotação de 4,3 milhões de euros, estimado até 2022, pelo que o impacto no orçamento de 2020 é mais reduzido, estando também incluído neste impacto o valor do contrato-programa que foi, paralelamente, aprovado para ser celebrado com a Porto Vivo, que irá gerir os processos do arrendamento; e, por último a prorrogação do prazo de vigência do fundo de apoio municipal às lojas históricas.

Entraram na Sessão os Senhores Deputados Rui Lage (PS) e Tiago Barbosa Ribeiro (PS).

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, saudou o Senhor Dr. Pedro Santos pela qualidade da sua apresentação, não só verbal, mas também pelo suporte gráfico. Informou que está a receber mensagens de vários Deputados manifestando ter interesse em aceder àquela apresentação.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, pediu ao Senhor Dr. Pedro Santos para enviar, através dos serviços de apoio à Mesa, aquela apresentação aos Senhores Deputados, se possível dentro dos próximos minutos para lhes facilitar o trabalho.

Referiu que, como já foi dito, está a viver-se uma crise com particularidades que ainda desconhecidas, portanto, em termos económicos e financeiros existe uma situação extraordinária, porque face à situação de pandemia todos os governos, a nível mundial, decidiram parar a economia, por razões perfeitamente atendíveis e compreensíveis. Mas isso representa um território desconhecido, por isso foi necessário fazer uma revisão ao Orçamento com muitas incógnitas e muitas dúvidas, porque não se sabe exatamente como se vai comportar a receita. Disse que por esse facto foi feito um trabalho prudente, que acredita que vai ser cumprido.

Deu conta que, felizmente, o Município do Porto, fruto daquilo que têm sido os últimos anos, tem atualmente uma situação económica e financeira que lhe permite, mais facilmente, suportar o impacto violento com que fomos confrontados em março. Disse que ninguém podia esperar, mas a verdade é que, de alguma maneira, todas as atividades económicas no País estão a sofrer um enorme impacto que se vai repercutir, naturalmente, nos próximos anos, não sendo previsível que haja uma recuperação muito rápida em algumas áreas, principalmente na das receitas municipais. Lembrou que muitos municípios, tal como o do Porto, dependem das receitas municipais e que, durante os últimos anos, foi o crescimento do IMT e a Taxa Turística que permitiu ao Município do Porto expandir os seus Orçamentos.

Considerou que, confrontados com a situação atual, havia três coisas que tinham que se fazer rapidamente: por um lado, reagendar os investimentos municipais, que a Câmara queria manter, e ajustá-los às paragens, interrupções ou atrasos diretamente imputáveis ao COVID-19, nomeadamente obras que ficaram paradas, outras que recomeçaram, mas a um ritmo muito mais lento, sendo aquela uma situação que afeta o setor público e o setor privado. Uma segunda decisão



que era preciso tomar era implementar medidas urgentes para fazer face às dificuldades com que a população e as empresas estavam confrontadas, tentando chegar rapidamente à população, principalmente àqueles que sofreram quebras de rendimentos e situações de grande desespero, e também às empresas que foram proibidas de atuar e de funcionar. Elogiou o trabalho da oposição, que teve uma função muito construtiva em sugestões que foram apresentando para serem rapidamente colocadas no terreno, algumas delas inadiáveis.

Disse que a terceira prioridade era, logicamente, ter muita atenção e prudência em relação àquilo que vai ser o próximo ano, porque é expectável que no próximo ano haja consequências daquela crise a nível, seguramente, do IRS, que é uma receita fundamental da Câmara; a nível do IMT, porque não é previsível que haja uma retoma brusca das transações; a nível da Derrama, porque as empresas não estão de boa saúde; e logicamente, também, a nível da Taxa Turística, porque não é previsível que o turismo recupere rapidamente. Disse que esta é uma época perdida e ninguém antevê que o turismo possa voltar a crescer rapidamente, pelo menos, enquanto não houver uma vacina.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) considerou que a apresentação feita pelo Dr. Pedro Santos foi muito útil, mas teria sido mais útil se fosse distribuída previamente, pois contém informação que não lhes foi fornecida.

Afirmou que os tempos que se vivem leva-os ao insólito de serem chamados a apreciar a Revisão do Orçamento de 2020 com a incorporação do saldo de gerência 2019, sem que conheçam o relatório de atividades e as contas desse ano, ou seja, sem saberem a forma como foram cumpridos os objetivos a que a Câmara se propôs e se houve ou não um desvirtuamento dos mesmos. Disse que não sabem se foram gastas verbas em investimentos considerados importantes e/ou se outros investimentos que consideravam nocivos se concretizaram e, no caso afirmativo, se se cumpriram ou ultrapassaram os valores orçamentados, mas sabem que o saldo de gerência foi de 98 milhões de euros, o que, por si só, é um indicador de inoperância preocupante, porque um saldo de gerência municipal não corresponde, por aquilo a que aquela maioria os habituou, a uma maior



capacidade de arrecadação de receita e/ou a uma maior eficiência na gestão da despesa corrente e/ou a um cumprimento sem derrapagens nos investimentos previstos.

Deu conta que, infelizmente, um saldo de gerência daquela dimensão, que, recorde-se, corresponde a cerca de 30% do orçamento municipal, significa que a Câmara não executou os investimentos a que se propôs, ou seja, a cidade e a sua população viram-se privados de investimentos que a Câmara enfaticamente lhes prometeu, sendo certo que esse facto não ocorreu por nenhum ato de gestão precavida para ter capacidade de fazer face a qualquer imprevisto futuro e que um saldo daquela dimensão deveu-se apenas à manifesta incapacidade de execução e, muitas vezes, lamenta dizê-lo, incompetência, não adiantando culpar as burocracias do Estado, o Tribunal de Contas, a APA – Agência Portuguesa do Ambiente ou as minas de água desconhecidas para aquela situação, considerando que deve merecer reflexão o facto de a Câmara ter seis empresas municipais, para onde canaliza o grosso das suas verbas e cuja constituição fundamentou com a capacidade de as mesmas agilizarem investimentos e atuações, apresentar tão elevado saldo de gerência que afinal mostra que “o rei vai nu” em matéria de agilidade.

Sublinhou que foram chamados a apreciar uma revisão do Orçamento de 2020 que resulta da incorporação daquele saldo de gerência, mas também da expurgação do orçamento das receitas fictícias que tinham sido colocadas no mesmo, tais como, entre outras, as cíclicas propostas de venda de ações do Mercado Abastecedor e da diminuição do capital social da Águas do Porto.

Acredita que todos têm consciência de que a pandemia terá graves repercussões na vida da cidade, da sua população e, em particular, nos cofres do Município, o que, infelizmente, mostra que tinham razão quando chamavam a atenção para a insustentabilidade do modelo económico baseado na monocultura do turismo. Acentuou que, perante a mais do que previsível diminuição de receita municipal, grande parte gerada direta e indiretamente pela atividade turística, é-lhes pro-



posta uma nova estrutura da despesa, com reforços numa áreas e cortes noutras, numa filosofia que, naturalmente, caracteriza o projeto de cidade da maioria camarária, que também, naturalmente, não é o seu projeto de cidade.

Disse que a CDU não pode deixar de manifestar a sua concordância com diversas medidas de reforço de apoios sociais, tão necessários numa altura em que tantos portuenses perderam os seus empregos ou viram diminuídos os seus rendimentos, nomeadamente o reforço da gestão da rede social, com mais 224 mil euros; o aumento de 565 mil euros para a confeção de refeições; o reforço de um milhão de euros para o fundo de emergência social; a criação da linha de emergência de apoio ao associativismo, com 150 mil euros; a transferência de verbas para as Empresas Municipais do Ambiente e Águas do Porto, como contrapartida pela isenção de tarifas de disponibilidade de serviços de gestão de resíduos urbanos e de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, mas não pode deixar de lamentar os enormes cortes de investimento que foram feitos em áreas que considera essenciais, tais como habitação social, menos 6,2 milhões de euros; educação, menos 4,7 milhões de euros; desporto e animação, menos 1,9 milhões de euros; parques e jardins, menos um milhão de euros. Constatou, ainda, a redução de 6,8 milhões de euros nas verbas previstas para o Bolhão, que corresponde a 38% do investimento inicial inscrito, o que significará mais atrasos na execução daquela emblemática obra, e um reforço de verbas em áreas, quiçá não tão prioritárias, tais como viadutos, arruamentos e obras complementares, com mais 8,6 milhões de euros, ou a designada governância da Câmara, com mais 12,8 milhões de euros, que se reforcem as transferências para os custos das estruturas municipais DomusSocial e GO Porto, ao mesmo tempo que se diminui significativamente o investimento a fazer por aquelas empresas, ou que se assista a um reforço de 7,8 milhões de euros em aquisição de bens e serviços, embora alguns positivos, como a de refeições confeccionadas, verba com a forte componente de estudos, pareceres, projetos e consultadoria, ou seja, subcontratação de serviços, ao mesmo tempo que se reforça o quadro de pessoal municipal, que, em muitos casos, está completamente subaproveitado nas suas competências e disponibilidade.



Terminou, dizendo que não é claro, da leitura dos documentos apresentados, quais as parcelas que resultam do aumento da despesa correspondente à resposta à pandemia, o que se traduz em apoios diretos às famílias e empresas, e o que resulta de contrapartidas por acordos feitos com instituições terceiras.

Disse que espera que o Senhor Presidente da Câmara, com a brevidade possível e com total transparência, apresente à Assembleia Municipal uma lista detalhada desses acordos com a componente discriminada do contributo de cada um dos seus parceiros.

Deu nota que as opções feitas em matéria de redistribuição das verbas, a alocar aos diversos eixos de atividade municipal, têm aspetos nos quais se reveem e alguns que resultam mesmo de propostas que apresentaram, mas tem também aspetos com os quais não podem concordar e que correspondem a um projeto de cidade que manifestamente não é o da CDU, razão pela qual a CDU vai abster-se.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, explicou que quilo que a Câmara Municipal do Porto fez foi a incorporação do saldo de gerência nos termos que foram definidos pelo Parlamento, medida que, na sua opinião, foi uma boa medida do Governo, tendo pena que o orçamento não tenha sido aprovado.

Quanto à concretização e à taxa de execução do Orçamento Municipal, disse que não há nenhum executivo da CDU no País que tenha conseguido aquelas taxas de execução orçamental. Referiu que a CDU não gosta que se invoque as dificuldades sucessivas que têm sido colocadas à contratação, mas apenas para dar uma ideia, no caso do parque da Asprela, a Câmara esteve um ano à espera que o Ministério das Finanças autorizasse o investimento, investimento esse que é do Município, da Universidade do Porto e do Politécnico.

Afirmou que a verdade é que o dinheiro que não se investiu em 2019 vai investir-se em 2020 e que, ao contrário de outros municípios, conseguiu-se fechar uma revisão ao orçamento que, apesar de tudo, permite garantir aquilo que é fundamental.



Considerou que, diabolizar o turismo, quando a cidade foi reabilitada e profundamente acelerada pelo turismo, parece-lhe um péssimo sintoma. Sempre considerou que o turismo não iria manter-se durante muito tempo com taxas de crescimento como aquelas e foi por isso que foram prudentes a nível de medidas de carácter fiscal.

Deu conta que falou com vários lojistas da cidade que manifestaram o anseio de que os turistas voltassem, pois são eles que alimentam o comércio tradicional.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Machado (PSD) manifestou algum desagrado pela forma como têm decorrido as sessões da Assembleia Municipal, dizendo que o PSD preferia que elas fossem realizadas presencialmente, embora, naturalmente, adotando um distanciamento físico significativo.

Deu nota que, a partir daquela sua intervenção, quem vai dirigir a bancada do PSD vai ser o Senhor Deputado Francisco Carrapatoso.

Sobre o ponto da Ordem de Trabalhos em questão, recordou que o PSD votou contra no Orçamento Municipal para o ano em curso, considerando que aquela revisão orçamental lhes dá razão.

Concordou com o Senhor Deputado Rui Sá, quando referiu a questão das receitas fictícias, que se vão mantendo orçamento após orçamento, levando a que, nas revisões que têm que fazer, e que se comprova pelas alterações que são apresentadas, se perceba que as contas certas não estão assim tão certas.

Referiu que a revisão que estão a analisar não altera muito a essência do Orçamento original.

Assinalou um conjunto de investimentos importantes para o Porto que aumenta a despesa corrente e que lhe suscita muitas dúvidas, porque coloca mais pressão sobre os orçamentos futuros, mas, apesar disso, a bancada do PSD abster-se-á naquele ponto, uma vez que existem medidas positivas, nomeadamente aquelas que decorrem das medidas de apoio à pandemia. Disse, no entanto, que o PSD gostaria de sublinhar que, no seu entendimento, a Câmara Municipal do Porto ficou bastante aquém daquilo que é a sua real capacidade, tendo em conta



os saldos que foram avançados, naquele momento tão difícil para a população, mas também para as empresas e para as instituições da cidade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite, em resposta ao Senhor Deputado Alberto Machado, disse que a Comissão Consultiva de Apoio à Mesa não recebeu nenhuma proposta discordante, da sua parte, relativamente à forma como as sessões estavam a decorrer, ou seja, por videoconferência. Afirmou, ainda, que aquela é uma forma legal e a forma como a maioria entendeu prosseguir os seus trabalhos.

Tomou nota, igualmente, que o PSD votou contra o Orçamento, dizendo que não se recorda de tal facto, pelo menos nos registos da Assembleia Municipal não consta.

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Machado, pediu a palavra para exercer o direito de defesa da honra, dizendo que mostrou o seu desagrado por aquela forma de realizar as reuniões desde o primeiro momento, ou seja, na primeira reunião de conferência de líderes, na primeira sessão realizada por aquela via, perante todos os Membros da Assembleia Municipal, e também na última sessão. Disse que o fará de novo se voltarem a ter uma reunião por aquela via.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira em resposta ao Senhor Deputado Alberto Machado, lembrou, relativamente às receitas fictícias, que esse foi um recurso utilizado durante anos pelo meu antecessor, Dr. Rui Rio, e que isso decorre de problemas que todos identificaram e que, em parte, apenas foram resolvidos pelas medidas que foram anunciadas e o que lhes permitiu, em 2020, antecipar uma revisão orçamental.

Quanto àquilo que a Câmara Municipal do Porto poderia ter feito mais e não fez, convidou o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Paranhos, que também responde perante o eleitorado, a explicar o que é que fez relativamente à pandemia e se poderia ter feito mais.



O Senhor Deputado Pedro Braga de Carvalho (PS) destacou um elemento positivo, que é a possibilidade de integração do saldo de gerência antes da aprovação da prestação de contas, o que é permitido, como já foi explicado, por uma alteração das normas à proposta de lei, já aprovada em Orçamento de Estado. Disse que o Partido Socialista compreende a prudência com que a Câmara Municipal realizou e apresentou aquela proposta de revisão orçamental, mas, ainda assim, é importante que se diga que, no ano corrente, haverá uma redução da despesa que estava projetada, pelo facto de alguma dessa despesa não se vir a realizar e outra que se atrasará, pelas circunstâncias por todos facilmente compreendidas, pelo que entende que aquela revisão ao Orçamento pouco acrescenta àquilo que foi o Orçamento agora revisto.

Sublinhou que a variação positiva naquela revisão orçamental é apenas de 8 milhões de euros, o que corresponde a 2,6% de crescimento, crescimento esse que no ano de 2018 foi de 24 milhões de euros, isto é, uma variação de crescimento positiva de 9,4% e, em 2019, foi de 40 milhões de euros, correspondendo a uma variação positiva de 13,6%.

Considerou que, no contexto ainda pandémico que se vive e início muito evidente de uma profunda crise económica e social, na opinião do PS, aquele Orçamento é pouco ambicioso para fazer face às necessidades que a população do Porto sentirá durante o corrente ano e, com uma enormíssima probabilidade, durante os anos seguintes.

Deu conta que, nesse sentido, e em linha com aquilo que foi a votação anterior, o PS vai abster-se na votação da proposta de revisão do Orçamento.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira concordou que, de facto, a Câmara Municipal do Porto poderia ter ido mais além, mas como subsiste uma grande dúvida relativamente ao ano seguinte é necessário uma alteração à norma, na qual crê que o Governo está a pensar, para que as câmaras municipais possam contrair dívida que não seja diretamente associada a investimento.



Disse que o Governo está a ponderar essa situação, e bem, porque os municípios vão precisar de receitas financeiras e vão precisar de recorrer a empréstimos.

Deu conta que o Município do Porto tem uma grande capacidade de endividamento, cerca de 200 milhões de euros, mas não o pode fazer senão para investimento, sendo que, perante uma crise económica e social, vai precisar de outros recursos, não obstante, por aquilo que é o perfil da receita municipal, existir um total desconhecimento sobre como é que se vão comportar verbas.

Lembrou que o IVA é uma verba residual, são 2,5 milhões de euros, foi uma medida muito interessante para alguns municípios mais pequenos, porque, como sabe, é um fundo de compensação, mas no que toca ao IRS, ao IMT, à Derrama e à Taxa Turística em 2021 vai haver quebras acentuadas, pelo que a Câmara do Porto não vai conseguir incorporar um saldo de gerência daquele valor.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) saudou a forma como foram apresentados os documentos, através de *Power Point*, apelando a que, no futuro, eles fossem disponibilizados previamente a todos os Membros da Assembleia Municipal.

Referiu que a integração de saldos de gerência de exercícios anteriores, bem como os ajustamentos aos orçamentos da receita e da despesa são mecanismos que já estão previstos há muito na legislação autárquica, porém, o que acontece é que a legislação passou a admitir, e bem, que as autarquias, para fazer face às consequências da pandemia, o pudessem fazer antes da apresentação de contas.

Destacou alguns aspetos de conteúdo, que consubstanciam a posição do Bloco de Esquerda, nomeadamente o reforço no fundo de apoio de emergência Porto Solidário de 1 para 2 milhões de euros; a afetação de 150 mil euros, proposta da Associação de Coletividades, para apoio às Associações do Porto; a questão das despesas relacionadas com o equipamento da COVID-19; o reforço de 300 mil euros para a SAOM. Disse que, subscrevendo aquelas medidas, não pode



deixar de concordar que são medidas que ficam aquém do que se esperaria naquela altura.

Deu conta que o Bloco de Esquerda apresentou, desde o primeiro momento, um conjunto de propostas para fazer face à crise pandémica, nomeadamente que se realizasse uma reunião com as forças políticas com representação na cidade, o que, na sua opinião, permitiria dar um contributo para aquela revisão ao Orçamento.

Sublinhou que, no entender do BE, era necessário fazer-se um maior investimento em habitação social, lembrando, a propósito da última intervenção do Senhor Presidente da Câmara, que o investimento em habitação pública não conta para o endividamento municipal.

Considerou, também, que se deviam reforçar os apoios sociais, nomeadamente as medidas de emergência social e as políticas em prol dos direitos sociais, como, por exemplo, a questão do apoio de condições tecnológicas para as escolas.

Referiu, ainda, a questão das pessoas em situação de sem-abrigo, dizendo que as respostas não respondem àquilo que é o adicional das situações que têm vindo a aparecer; a tarifa social da água, que, no seu entender, é uma necessidade de emergência e a criação de um observatório de pobreza na cidade, com uma equipa técnica especializada para avaliar as alterações socioeconómicas que já estão a acontecer.

Informou que o BE vai abster-se pela primeira vez, desde a presidência do Rui Moreira na Câmara do Porto, no Orçamento Municipal, porque entende que no Porto, como no País, deve contribuir para a resposta de emergência que a situação exige e porque, apesar das divergências que enunciou, algumas delas profundas, o seu voto expresso é uma cedência necessária para que seja possível desbloquear o apoio possível para fazer face aos efeitos da COVID-19 na vida das pessoas no Porto.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, agradeceu as palavras da Senhora Deputada do Bloco de Esquerda e a sua alteração circunstancial de posição.

Confirmou que a proposta relativa às coletividades lhe foi enviada por *e-mail* pelo Movimento Associativo, e aquele assunto foi depois também tratado pela CDU com os outros partidos no Executivo. Informou que na reunião seguinte iriam propor taxas de execução muito interessantes relativamente a essa matéria.

Quanto ao observatório da pobreza, disse que não lhe parecia oportuno criá-lo no momento que se estava a atravessar.

Suguiu que a Senhora Deputada, que sabe que se preocupa com a cidade do Porto, proponha que a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa distribua também à Câmara Municipal do Porto, e às outras autarquias, as verbas que recebe do jogo e das apostas desportivas de todo o País, tal como acontece com a Câmara Municipal de Lisboa. Considerou que, uma vez que aquela instituição tem o monopólio das apostas desportivas em Portugal, numa altura de pandemia aqueles recursos deviam ser distribuídos de uma forma mais equitativa pelo País, e aí sim, talvez pudesse haver uma resposta mais eficaz do que aquela que existe.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) congratulou-se por todos estarem bem de saúde e agradeceu poderem continuar a realizar as reuniões em segurança, através de videoconferência.

Referiu que no contexto de pandemia que se está a viver não se pode esquecer que subsistem três crises, a sanitária, a económica e a ambiental, sendo que a saúde das pessoas e a crise ambiental são duas faces de uma mesma moeda.

Considerou que olhar para um orçamento é ter oportunidade de olhar para o município do Porto, é uma oportunidade de pensar a cidade, de pensar o que faz falta ao Porto, como se pode produzir riqueza interna e como se pode valorizar as pessoas e potenciar as suas mais-valias para aquilo que é o bem comum.

Disse que existem alguns aspetos no orçamento rectificativo que o PAN considera positivos, nomeadamente o apoio ao pagamento da habitação, o reforço do programa Porto Solidário, não obstante estarem a validar os valores excessivos das



rendas no Porto, que, em muitos casos, representam 50% do orçamento familiar, o que se torna completamente insustentável para as famílias.

Deu nota que o PAN não considera o turismo um bode expiatório, pelo contrário, tem absoluta consciência da importância que o turismo tem para a cidade, no entanto considera que é fundamental recriar um turismo equilibrado, economicamente sustentável, regulado, que não prejudique os portuenses em detrimento de outros e que não acentue as desigualdades sociais.

Constatou que, no documento em análise, é referido um decréscimo das despesas de capital, nomeadamente o ajustamento aos contratos de prestação de serviços com as empresas GO Porto e DomusSocial, tendo em conta a reprogramação de diversos investimentos. Pediu esclarecimentos sobre as reprogramações em causa.

Quis saber em que é que se traduz exatamente o avultado reforço para o Departamento Municipal de Sistemas de Informação.

Perguntou se tem havido algum diálogo entre o Governo e a Câmara Municipal relativamente o acesso dos estudantes aos equipamentos informáticos e à rede, o tem causado muitas desigualdades sociais, e se a Autarquia estará disponível para garantir essas respostas, de forma articulada com a Administração Central ou até junto da Área Metropolitana do Porto.

Concluindo, disse que o PAN considera que o Governo poderia ir mais longe, devia reforçar verbas de fundo social municipal, devia criar uma linha de crédito específica COVID-19, sem juros, e conceder empréstimos aos municípios e freguesias que deles necessitassem.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira relativamente ao investimento em meios informáticos, disse que o Senhor Vice-Presidente, Filipe Araújo, poderá depois prestar alguns esclarecimentos mais detalhados, mas de facto, como a Senhora Deputada referiu, a Câmara Municipal do Porto decidiu, ainda antes de essa decisão ter sido tomada pelo Governo, salvaguardar a saúde dos seus trabalhadores e colocá-los em teletrabalho. Elogiou a forma como os trabalhadores aderiram imediatamente a essas medidas, a quem não foram



retirados nenhuns benefícios, tendo sido, por isso, necessário dotar rapidamente muitos desses trabalhadores de recursos para poderem fazer o seu trabalho em casa.

Sobre a questão das escolas, lembrou que a Administração Central não colabora com a Câmara Municipal no 1.º ciclo, portanto, aquilo que fez foi pedir aos agrupamentos das escolas que identificassem as suas necessidades, tendo sido, depois, disponibilizada uma verba de cerca de 200 mil euros para que pudessem adquirir os equipamentos necessários. Deu nota que está à espera de informações do Governo sobre o que vai acontecer no ano letivo seguinte.

Informou que já foi distribuído aos Senhores Deputados, através de *e-mail*, informação detalhada sobre a fórmula que foi seguida em relação aos contratos públicos celebrados ao abrigo do regime excecional de contratação pública COVID-19.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) mostrou a sua satisfação pelo facto de todos estarem bem de saúde.

Considerou que o documento apresentado é um Orçamento de crise, com uma revisão da receita fiscal fortemente em baixa e, ainda assim, com um aumento da despesa total.

Centrou a sua exposição naquilo a que chamaria orçamento social, ou seja, na intervenção do Município para acorrer a débito e a crédito para as ajudas no âmbito da COVID-19.

Chamou a atenção para a quebra abrupta das receitas ordinárias, que tem a ver, sobretudo, com o abaixamento da atividade económica, do IMT, do IRS e da Derrama, mas não só, há algumas coisas que têm a ver com contribuições que a Câmara Municipal se prontificou a dar no âmbito do combate à COVID-19, como, por exemplo, uma verba de loteamento de obras, em que parte tem a ver com o REURB e com a isenção de taxas, a redução e isenção das taxas de esplanadas e, com grande relevância também, a isenção do pagamento de estacionamento, que tem uma verba de abaixamento inscrita de cerca de 1,5 milhões de euros.



Sobre as receitas de capital, que o Senhor Deputado Rui Sá chamou de artifícios, verbas fictícias e fantasmas que todos os anos lá estão, explicou que aquele mecanismo permitiu que o saldo de gerência fosse mais facilmente integrado e melhor utilizado, tendo em conta essas verbas, ou seja, tem uma faceta que permite agilizar a atividade e o exercício da Câmara Municipal, mecanismo esse já utilizado em anos anteriores.

Sublinhou o facto de a despesa corrente ter um aumento de 11,3 milhões de euros e as despesas de capital terem um abaixamento de 3,1 milhões de euros, dos quais 1,7 milhões de euros são para as despesas com aquisição de bens e serviços diretamente relacionadas com a COVID-19. As transferências correntes têm mais um milhão de euros para o fundo de emergência e mais 150 mil euros para o associativismo e no âmbito da Porto Ambiente há uma isenção de tarifas calculada em 1,1 milhão de euros, somando tudo isso uma verba que ultrapassa os 5 milhões de euros. Disse, ainda, que foi recentemente aprovado, e com reflexos a breve trecho, o programa Porto Sentido, que inclui uma verba de cerca de 4 milhões de euros para apoio às rendas.

Relativamente à incorporação de saldo de gerência de 2019, explicou ao Senhor Deputado Rui Sá que se trata de valores afetos a obras em curso, que, por motivo de atrasos provocados pelo Tribunal de Contas, como é do conhecimento de todos, não foi possível gastar.

Sobre o Orçamento ser pouco ambicioso, apesar de todos os anos aumentar o seu valor, disse que se a Câmara tivesse gasto nos anos anteriores aquilo que os Senhores Deputados achavam que se devia ter gasto, agora não tinha dinheiro para fazer face às necessidades que está a ter.

Em resposta ao Senhor Deputado do PS, informou que não houve apenas um aumento de 8 milhões de euros, chamando a atenção dos Senhores Deputados para o facto de, por forma induzida externamente e sem que o Município tenha alguma coisa a ver com isso, haver mais de 50 milhões de euros de receita corrente que não é cobrada, ou seja, quando se diz 8 milhões de euros deve dizer-se 58 milhões de euros a mais.



Informou, relativamente à aquisição de bens e serviços, que quase um milhão de euros desse valor tem a ver com o aumento de gastos de despesa no setor da mobilidade, o que tem exatamente a natureza de política contra cíclica.

Fez notar que, para 2020 e 2021, as medidas da Câmara, entre orçamento retificativo e Porto Sentido, atingem os 10,6 milhões de euros de apoio social.

Agradeceu ao Executivo Municipal pela forma como tem estado na vanguarda das medidas de apoio às populações no combate à COVID-19.

Disse que a sua bancada vai votar aquele ponto favoravelmente.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo referiu que gostaria de dar alguns esclarecimentos sobre uma área que foi colocada sobre grande pressão, nesta dificuldade que todos vivemos nos últimos meses.

A este propósito sublinhou que os Sistemas de Informação, e não só da Câmara Municipal, mas de todas as empresas e entidades nacionais, foram colocados a acelerar uma série de áreas que tinham, e que também prestavam serviços a algumas pessoas que se ligavam remotamente aos seus serviços.

Deu nota que hoje, têm cerca de mil e duzentos colaboradores que trabalham remotamente e que registam diariamente, cerca de novecentas e cinquenta pessoas em simultâneo, ligados aos seus sistemas.

Considerou que, de facto, foi feito um enorme esforço por parte do Departamento Municipal de Sistemas de Informação – DMSI e, por isso, lhe cumpre também agradecer em seu nome, mas também em nome de todos os ali presentes, a todos os técnicos e dirigentes que trabalham nesse Departamento, porque foram inextinguíveis, dia e noite, a trabalhar para que fosse possível tudo o que estão a utilizar hoje em dia. Acrescentou que, à parte dos operacionais que obviamente têm em casa, também tiveram durante este período, jardineiros, etc., pelo que têm uma Câmara a funcionar a 100%.

Quis informar que registaram níveis de atividade, em termos de produção documental, portanto, produção administrativa, à volta de 75% relativamente ao que procediam num dia normal de trabalho, ou seja, a Câmara permaneceu a prestar todo o serviço aos munícipes e à cidade. Esclareceu que tal só era possível,



obviamente, com alguns reflexos do lado do orçamento e que lhe cumpria relevar que, apesar de já terem uma política de alteração, ao nível daquilo que era o equipamento informático que estavam a fornecer, tinham uma estratégia definida para esse mesmo equipamento, e que já a vinham a aplicar e que aceleraram esse processo, nomeadamente naquilo que é a aquisição desse equipamento. Acrescentou que tal, veio permitir que hoje as pessoas estejam em casa a trabalhar.

Reconheceu, por outro lado, terem suprido várias necessidades, por exemplo, as relacionadas com dificuldades de conectividade, considerando que apesar de sermos um país muito bem classificado nesta área, a nível mundial, ainda existem algumas casas que têm alguma dificuldade.

Afirmou que foram muito para além disso, uma vez que reforçaram, através do DMSI, mas também da Associação Porto Digital, aquilo que é a largura de banda de conectividade. Ou seja, hoje têm na cidade uma rede de fibra ótica, que lhes permite serem únicos nesse serviço, prestando ligações entre várias entidades na cidade, mas também prestando esta conectividade aos seus *Data Center*. Fez notar que estes foram renovados no decorrer do ano passado e no início deste ano, mas que, para além disso, tiveram outro cuidado, tendo em conta o noticiado e que tinha a ver com a fragilidade dos Sistemas de Informação, no que respeita aos vários ataques de que têm sido objeto.

Neste sentido, implementaram soluções, de carácter extremamente importante, para assegurar que o trabalho que foi feito, nomeadamente, o grande teste em termos de teletrabalho, de uma estrutura de uma dimensão tão grande como a Câmara Municipal do Porto, fosse posto em prática e se mostrasse eficaz.

Deu conta que há vários itens que estão adicionados neste plano de contingência, também do lado dos Sistemas de Informação e que obviamente, crescem ao orçamento, mas que são investimentos que ficarão à disposição do futuro daquilo que é uma maior produtividade e eficiência da Câmara Municipal do Porto.

Em relação ao bolo total, também quis referir que há neste valor, de acordo com a apresentação que tinha sido feita pelo Dr. Pedro Santos, uma parte deste,



ainda de alguma dimensão, que diz respeito apenas a transferências de orçamento, que estavam cabimentadas do lado da Direção Municipal de Finanças e Património e que passaram para o Departamento Municipal de Sistemas de Informação.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira quis agradecer as palavras do Senhor Deputado André Noronha e dar apenas uma nota final sobre aquilo que é o pensamento económico, que tem presidido à gestão da Câmara Municipal do Porto, nos últimos seis anos e meio, e que é muito em linha com aquilo que lhes parece ser as melhores práticas.

Considerou que têm aproveitado este tempo, em que durante estes anos foi a parte privada da economia que puxou a carruagem. E, por isso, disse que durante essa temporada tomaram medidas anti cíclicas, ou seja, aquilo que parecia ser um *superavit* resultante de resultados, muitas vezes extraordinários, nomeadamente no IMT, mesmo assim fizeram com que resistissem à tentação de considerar que esses resultados eram replicáveis eternamente e o mesmo se aplicaria ao turismo.

Quis acrescentar que estão agora a medir num ciclo diferente e mais uma vez a tomarem medidas anti cíclicas que lhes parecem as adequadas. Salientou que podem fazer isso, porque de facto, durante os últimos anos, tiveram uma gestão prudente, mesmo em ano de eleições, em que poderiam ter sido tentados a tomar medidas fiscais, mas que não se justificavam, porque não era altura para um choque fiscal. E que, de facto, a economia estava a correr bem e não fazia sentido fazê-lo, e aquilo que fizeram foi reduzir, muito significativamente, o endividamento municipal, que no fim do ano passado era zero.

Realçou que quando ali chegaram, o endividamento municipal era à volta dos cem milhões de euros, e que têm agora, uma capacidade de endividamento para fazer face a um ciclo negativo e ser então o Município, nomeadamente através de medidas que estão a tomar, de algumas que já tomaram e de outras que querem tomar, através da manutenção do investimento, serem eles a puxar a carruagem.



Acrescentou que tudo isto era possível, porque de facto, também não têm sobrepeso do Estado. Considerou também que um dos aspetos mais complicados nas políticas keynesianas é que muitas vezes não devolvendo o Estado à economia aquilo que são as receitas extraordinárias em ciclos muito generosos, o Estado corre muitas vezes o risco de causar dano, por causa do sobrepeso.

Sublinhou que não criaram este sobrepeso e que têm uma Câmara que, em termos de índices, são muito interessantes. E que, por outro lado, conseguiram fazer o *insourcing* em muitas atividades que hoje conseguem desempenhar.

Quis salientar o trabalho que tem sido feito pelas equipas municipais, por exemplo, as de recolha do lixo, não lembrando apenas e injustamente, as dos Bombeiros e as da Polícia Municipal, realçando o trabalho que foi feito neste tempo.

Disse que, de facto, tudo isto foi possível, porque se trata de um investimento que será diluído ao longo do tempo. Acrescentou que tem como convicção e, pese embora, tenham pela frente meses ou anos muito difíceis, que existem recursos municipais suficientes, principalmente crédito suficiente para poder fazer face ao que ainda aí vem.

Considerou que, depois da pandemia virá uma recessão ou mesmo uma depressão e que, de facto, não estão bem e que ninguém está bem nesta situação. Contudo, estarão certamente melhor do que o que estariam, se tivessem adotado a política da cigarra e não a política da formiga, ou usando a expressão do Deputado Rui Sá, 'do Tio Patinhas', pelo menos agora têm a certeza que com os cofres abertos, há lá alguma coisa dentro que, apesar de tudo, o Município do Porto pode disponibilizar à economia, aos seus habitantes, aos moradores da cidade, àqueles que ali trabalham.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite informou os Membros da Assembleia Municipal, solicitando depois confirmação de que o Senhor Deputado Rui Sá tinha pedido a palavra e que o Grupo Municipal do Partido Socialista estaria disponível para lhe ceder até cinco minutos do seu tempo.



Deu nota também que o Partido Socialista, o tinha informado que estaria disponível para ceder até dois minutos do seu tempo, ao Bloco de Esquerda, caso ele viesse a pedir a palavra, mas que este ainda não o tinha pedido.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) pediu confirmação ao Senhor Deputado Gustavo Pimenta, da cedência do tempo que lhe haveria disponibilizado.

De seguida, veio dizer que, com as apostas feitas pelo Senhor Presidente da Câmara, nesta Sessão, não sabe se estará a pensar mudar ou substituir a taxa turística por uma taxa de jogo qualquer. Contudo, espera que isso não leve a preconizar que a cidade do Porto seja um 'Macau do Ocidente' ou uma 'Vegas do Oriente'.

Acrescentou que o Senhor Presidente da Câmara, sendo independente, utiliza uma tática habitual, que considera ser o mau debate político, pois não querendo rebater argumentos utilizados pelos seus adversários, diz que eles disseram coisas que não foram ditas e começa a rebater aquilo que eles não disseram.

Quis então esclarecer o Senhor Presidente que relativamente ao turismo, não o diabolizava e que a CDU também nunca o fez. Referiu que há uma expressão feliz do Senhor Deputado e seu camarada, Artur Ribeiro, que diz: 'a diferença está entre a dose', porque um remédio tomado em excesso transforma-se em veneno e aquilo que dizem é que houve uma aposta demasiada, foram postos demasiados ovos no cesto do turismo e hoje, infelizmente, uma vez que ninguém tinha capacidade de prever, assiste-se a esta pandemia. Por outro lado, considerou que outras coisas poderiam acontecer, tendo reflexos na atividade turística, que por sua vez se refletiria nos cofres municipais, o que todos, naturalmente lamentam

Relativamente à questão da transparência, e dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, quis esclarecer quem teve dúvidas, sublinhando que aquilo que tinha dito foi que não fariam como o CDS, que é um Partido que apoia o Senhor Presidente da Câmara, e que na Assembleia da República propôs a criação de uma Comissão de Acompanhamento dos Contratos feitos nesta altura, pelo Estado.



Afirmou que o que dizem é que, com transparência e na altura em que for possível, dar-se-á nota de um conjunto de contratos que foram feitos pela Câmara, sendo que o Dr. Pedro Santos, na apresentação que hoje tinha feito, já começou por referir alguns. Acrescentou que são valores, nalguns casos, que desconheciam.

Realçou que, do ponto de vista da Assembleia, apenas teve conhecimento de uma informação, que tinha sido dada há pouco pelo Dr. Pedro Santos, relativamente ao mercado urbano. Estavam, por isso, a falar do Mercado do Bom Sucesso que, efetivamente, tinham isentado o pagamento de rendas, mas que não sabia se como contrapartida, o mercado urbano não estava a cobrar rendas aos locatários que se encontram no seu interior.

Considerou, portanto, que o pedido destas informações é na altura certa, não é agora, porque agora o que interessa é responder às situações de crise.

Fez notar que, do ponto de vista do escrutínio democrático, aquilo que propõem é que quando isso for possível, tenham conhecimento de todos estes contratos, quais foram as contrapartidas do Município, as contrapartidas dos seus parceiros, para nessa altura fazerem a respetiva avaliação.

Lembrou ainda o que o Senhor Presidente disse: 'eu enviei agora uma informação, porque estavam a pôr em causa a transparência'. A este propósito, esclareceu que não põe em causa a transparência, mas consideram que, na altura certa e com a devida transparência, todos estes assuntos devem ser analisados. Colocou uma outra questão, ao Senhor Presidente da Câmara, que tem a ver com as receitas que tinha referido, considerando que as mesmas são fictícias, artificiais. Realçou que são receitas que se inscrevem no orçamento, inicialmente, mas que se sabe que não vão ser concretizadas, que apenas permitem começar a execução das obras, porque a despesa tem que ser igual à receita. E que, quando o saldo de gerência é incorporado, naturalmente, deixa-se cair essas receitas que estavam lá inscritas. Disse que, apenas, as chamou de fictícias, porque considera ser um termo perfeitamente correto para a inscrição dessas receitas.



Referiu que uma outra questão, que gostaria de colocar ao Senhor Presidente da Câmara, tem a ver com a 'Asprela'. Afirmou que esta não avança, porque o Tribunal de Contas está há um ano para dar uma opinião. Assim, considera que o que têm que fazer, e é isso que têm vindo a propor, é inscreverem outras obras no orçamento, com dotações mais pequenas para que tenham a capacidade de ir fazendo esta gestão ao longo do tempo. Perante o facto de, esta obra não avançar, porque o Tribunal de Contas não a aprova, propõem que se avance com outra.

Deu nota que, através de alterações orçamentais, conseguem canalizar verbas de uma obra para outra, porque senão estarão sempre à espera de terceiros e não será possível fazer as obras, porque esses não as aprovam, não existindo assim alternativas para as fazer, do ponto de vista da execução.

Em relação ao que foi referido pelo Senhor Deputado André Noronha: 'se nós não tivéssemos poupado, agora não tínhamos dinheiro para fazer frente a esta situação', comentou que não se trata de poupado, mas sim 'se nós tivéssemos executado, o que nos tínhamos proposto executar'. E, por isso, considerou que talvez no orçamento de 2020, não estariam um conjunto de obras que só lá estão, porque não foram executadas em anos anteriores, em que estavam inscritas. Concluiu, portanto, que ter-se-ia uma outra folga, porque as obras já estariam executadas, de tal forma que consideram que se trata de um saldo de gestão negativo.

Por último, dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara, recordando-lhe o que este costuma referir: 'que vocês é que estão na Assembleia da República, eu não estou', e a este propósito comentou: 'o Senhor Presidente tem na sua lista, na sua Vereação, quer gente que é do CDS, quer gente que é da Iniciativa Liberal, são dois Partidos que estão na Assembleia da República. Antes de pedir aos Partidos da oposição para na Assembleia da República apresentarem propostas, vire-se para dentro e faça essa proposta aos Vereadores que integram esses Partidos ou foram candidatos por esse Partido'.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira respondeu: 'Senhor Deputado, eu sei muito bem o que o Senhor disse sobre a questão da contratação e aquilo que se infere daquilo que disse, resulta de uma referência àquilo que o CDS faz no Parlamento, que não me diz respeito'.

Em relação a ser independente, concluiu que é uma coisa que é de muito difícil compreensão, principalmente para a CDU, mas que compreendia, porque a CDU não tinha independentes

Por outro lado, disse também compreender o facto de não conseguirem perceber que um Movimento independente tem pessoas que são ligadas ao CDS, que são ligadas ao Partido da Terra, pessoas de extrema-esquerda, como o seu saudoso amigo e também amigo do Senhor Deputado Rui Sá, o Pedro, que os tinha deixado, realçando que isso é uma coisa que a CDU tinha alguma dificuldade em compreender.

Sublinhou que a essência da independência é coisa que já desistiu de explicar, pois considera que os Partidos ainda não perceberam nada, porque também não querem perceber.

Esclareceu o Senhor Deputado Rui Sá, dizendo: 'agora não me diga, que eu não entendi o que o Senhor disse e que respondi ao que o Senhor não disse'. E, considerou ter respondido absolutamente ao que tinha sido referido.

Em relação ao turismo, manifestou que todos estavam de acordo, pois aquilo que havia era um sobreaquecimento do turismo na cidade do Porto e que nunca o tinham ouvido dizer o contrário.

Acrescentou, por outro lado, que estavam preocupados com um conjunto de edifícios, que legalmente estavam a ser transformados em hotéis. E, a este respeito, sublinhou que o Senhor Deputado Rui Sá sabia muito bem, porque não é populista, que não podiam impedir a construção, se esta fosse permitida pelo PDM – Plano Diretor Municipal.

Disse também que não lhe parecia que depois dos primeiros anos em que, de facto, se tinham empenhado fortemente em campanhas turísticas, os vissem com certeza nos últimos anos, fazer do turismo a batalha.



Neste sentido, perguntou: 'agora, o que é que queriam que a gente fizesse? Fechássemos a porta? Chegássemos ali ao Aeroporto Francisco Sá Carneiro e disséssemos, agora os voos não aterram'. Acrescentou que tomaram medidas para mitigar a pegada turística. E que, relativamente aos circuitos turísticos, por exemplo, aquilo que fizeram foi proceder ao controlo de um conjunto da atividades, dentro daquilo que lhes foi possível. Considerou, no entanto, que o turismo na cidade do Porto teve um grande impacto, que se manifestou a vários níveis. Sublinhou que teve impacto na aceleração da reabilitação urbana, que agora podem transformar numa regeneração, que teve um enorme impacto na criação de emprego, principalmente de emprego não qualificado.

Recordou como estava a cidade, quando ali chegou em 2013, considerando que não estava assim por culpa do Município ou por culpa do Dr. Rui Rio, mas sim porque a cidade tinha sido fruto da última crise que tiveram, e que havia fortíssimas taxas de desemprego.

Disse que apesar de não se tratar de emprego muito qualificado, na verdade é que para muitas pessoas que tinham perdido empregos, também eles não qualificados, o turismo fez com que muitas famílias, apesar de tudo, durante estes anos vivessem melhor.

Deu conta que o turismo cresceu seguramente mais, em termos percentuais, do que aquilo que gostariam e que, por outro lado, como tinham intenção de atrair outras coisas para a cidade do Porto, fizeram um grande esforço de atração de tecnológicas, de apoio às pequenas empresas que cresceram. No entanto, afirmou que na verdade, quando olharam para aquilo que foi o desenvolvimento das cidades nos últimos anos, seria e é muito difícil, substituir aquilo que foi o turismo durante estes anos e, portanto, se lhe perguntar, se voltará a apostar no turismo, garante que sim, porque não encontra forma de garantir emprego de outra maneira.

Fez notar que temos hoje, o problema da inteligência artificial e que esta crise vai dar uma enorme oportunidade ao aproveitamento da mesma, para substituir mão-de-obra, mas que no turismo ainda não estava a ver a inteligência artificial a ser aplicada, pelo que não se deveria diabolizar.



Acrescentou que, apesar de não estar a dizer que o Senhor Deputado Rui Sá estava a diabolizar, pode dizer assim: 'quero uma monocultura, mas então se eu só tiver uma cultura, eu ia matá-la? Se eu só tiver ali rosas, vou matar as rosas porque só tenho rosas'? Neste sentido, reconheceu que é evidente que como todas as rosas, o turismo tem espinhos.

Deu conta que quando chega ali à cidade, aquilo que encontra, a nível de todas as atividades, dos taxistas, dos comerciantes, dos restaurantes que vão abrir, dos hotéis que estão fechados, das pessoas que não têm nada a fazer, é dizer assim: 'de facto, havia, se calhar, nós estávamos com turismo a mais, mas nós agora queremos ter turistas'.

Em relação à Asprela, quis esclarecer que não tinha dito que foi o Tribunal de Contas, mas que o assunto esteve parado no Ministério das Finanças e que o Senhor Ministro Matos Fernandes já não sabia o que fazer.

Informou que houve uma intervenção do Senhor Primeiro-Ministro que rapidamente desbloqueou a situação, mas só ao fim de um ano é que esta se resolveu. Quis recordar que, quando o Senhor Deputado Rui Sá era Vereador no Executivo da Câmara havia instrumentos, como por exemplo, a resolução fundamentada e ela deixou de existir. E que, por isso, hoje encontram um conjunto enorme de dificuldades e que, certamente por isso, têm que diversificar os investimentos.

Neste sentido, sublinhou que aquilo que a CDU recomenda à Câmara, é que diversifique os investimentos, no entanto, há alguns que não consegue diversificar, uma vez que não consegue encontrar outros que tenham o mesmo impacto, como por exemplo, o Terminal Intermodal de Campanhã que, felizmente, está agora a andar a boa velocidade e cuja obra não parou.

Acrescentou outro exemplo, e referiu-se ao Mercado do Bolhão, dizendo que este, agora e finalmente, está a andar outra vez a passo apressado, mas que estiveram meses à espera de uma autorização para alteração do método construtivo, que não muda coisa nenhuma, e que durante este mês, houve um atraso.



Considerou que vivemos hoje, constrangimentos terríveis na contratação pública e na execução das obras. Deu como exemplo, o caso do Liceu Alexandre Herculano, em que lançou-se um concurso público, mas este 'bateu na trave', tendo que se lançar um novo concurso público com todos os tempos.

Quis dizer com isto, e atendendo ao tempo que hoje vivemos, que naquilo que respeita à realização de obra pública, costuma dizer sempre que sabe quando ela começa e nunca consegue dizer quando é que ela acaba.

Afirmou que, infelizmente, vivemos num mundo ideal para quem concorre ao concurso público, que perdendo esse concurso vai para Tribunal e consegue pará-lo. Por outro lado, considera que o Tribunal de Contas tem critérios diferenciados, por razões que lhe dizem respeito, mas que não consegue perceber, havendo uma enorme litigância. E, portanto, disse que não há nenhum Presidente de Câmara que não queira fazer as coisas mais depressa. Mas, se considerarem que isto é incompetência, aproveitou para recordar que pouca competência deverá ser considerada a daqueles que durante, não sabe quantos anos, andaram a dizer que iam arranjar o Rosa Mota, que iam fazer o Bolhão e que fizeram não sabe quantas coisas, mas não fizeram nada.

Salientou que, pelo menos, vão fazendo devagar, mas vão fazendo, porque não consegue fazer depressa e bem, muitas vezes porque não lhe deixam.

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que gostaria de fazer uma clarificação ao Senhor Presidente da Câmara, afirmando que aquilo que se passa em Lisboa é que a Câmara para esta resposta de refeições, gasta um milhão e meio de euros por mês. E que, por outro lado, a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, aquilo que faz é assegurar as refeições que são distribuídas, apenas durante o fim-de-semana, ou seja, que este um milhão e meio por mês, diz respeito a vinte e dois dias de refeições asseguradas, estando a falar de cinco mil *kits*, que equivale a quinze mil refeições por dia e que, portanto, são três refeições por dia, que são asseguradas para as famílias em causa.



Quis esclarecer a questão relacionada com o facto de, ser a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa a assegurar a resposta e, por isso, disse que isso não corresponde de facto, à realidade.

Ainda assim, quis sublinhar que relativamente à preocupação sobre aquilo que é a articulação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa com o Estado e com o resto do país, que não Lisboa, acompanham o Senhor Presidente da Câmara, sendo também uma preocupação que têm.

Acrescentou que no caso da Câmara Municipal de Lisboa, não é isto que se está a passar, não é aquilo que o Senhor Presidente da Câmara estava a dizer. E que, aliás, propõe que a Câmara Municipal do Porto organize uma rede de distribuição alimentar idêntica, que distribua produtos alimentares dos mercados de frescos que existem na cidade e que use as cantinas para distribuir refeições quentes, atendendo a um valor passível de suportar.

Quis fazer uma nota sobre os comentários, que considerou quase de comentário político numa Assembleia Municipal, e que entende como um pouco infeliz, o que é referido quanto aos Partidos, não serem da Assembleia da República.

A este propósito, acrescentou que como independente, o Senhor Presidente da Câmara, que se roga nesta qualidade, gasta mais tempo nestas Assembleias a falar dos Partidos e do assento parlamentar dos mesmos e daquilo que os Partidos podem fazer na Assembleia da República, do que a responder sobre a sua governação na cidade, enquanto independente que seja. Neste sentido, afirmou que o Grupo do Senhor Presidente da Câmara tem também, representantes que estão com os seus Partidos na Assembleia da República.

Para concluir, referiu-se ao Observatório da Pobreza, considerando que esta é uma medida, que inclusive a nível europeu está a ser preconizada e que, por isso, voltam a insistir nela, pois consideram que é muito importante perceber que o fenómeno das pessoas à procura de apoio, já não é o mesmo. E que este se caracteriza de uma forma diferente de há três meses atrás, pelo que é preciso percebê-lo, para terem respostas mais à medida.



O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira respondeu que relativamente ao que a Senhora Deputada Susana Constante Pereira veio ali referir, quando disse que se gastam em quinze mil refeições por mês, pela Câmara de Lisboa, um milhão e meio de euros, a cem euros por refeição, não sabe onde está a contratação pública, mas também que não lhe diz respeito.

Em relação ao conselho que esta lhe deu, sobre o que ele haveria de falar no tempo que tinha, queria esclarecê-la para que não pensasse, por um momento, que era Vereadora, pois aquilo que ela sempre ali vinha dizer é que, gostaria de participar politicamente na cidade, como se assim fosse. Afirmou que, de facto, o Bloco de Esquerda não tem participação na Vereação da cidade do Porto, mas de certeza que a culpa não é do Executivo e, portanto, quando ele pedia para os Senhores Deputados no Parlamento esclarecerem algumas matérias, parecia-lhe perfeitamente razoável. Da mesma maneira, que considera razoável que façam críticas ao seu Movimento, que o associem a este ou aquele, o que considera ser normalmente, um cumprimento e não nenhum insulto.

Acrescentou que entende também, ser perfeitamente razoável que quando chama à atenção que os Senhores Deputados têm participação parlamentar, aquilo que ele gostaria é que no Parlamento, de vez em quando, se lembrassem que foram eleitos, mas não como Deputados do Porto. Sublinhou que, apesar de não entenderem isso, foram eleitos com os mesmos votos com que o Executivo também foi, e às vezes a única coisa que ele pretende é pedir ajuda.

Quanto à Santa Casa da Misericórdia, mostrou-se satisfeito pelo facto de, a Senhora Deputada Susana Constante Pereira ter concordado com ele.

Fez notar que relativamente às apostas, a Santa Casa deveria fechar essas atividades, porque seria menos dinheiro que desapareceria do bolso de muitas pessoas que estão demasiadamente viciadas a jogar nisso. No entanto, acrescentou que enquanto tiverem esse monopólio, esse dinheiro deve ser distribuído pelo país, até porque quem nomeia o Conselho de Administração da Santa Casa da Misericórdia é o Governo e não ele.

Sendo o Estado que nomeia, considerou que não é admissível que nesta crise, mais uma vez, se veja que fica tudo lá em baixo.



Salientou que este não é nenhum apelo demagógico, e que é muito fácil apontar o dedo, dizer e não fazer. Neste sentido, esclareceu que o que se pretende é que a Santa Casa da Misericórdia e os Senhores Deputados os ajudem, neste sentido.

Nesta medida, entendeu que é perfeitamente razoável que o Presidente da Câmara apele aos Senhores Deputados da Nação, alguns dos quais o estariam a ouvir, para de vez em quando, naturalmente, sem quebrarem disciplinas partidárias, se lembrassem e dissessem assim: 'a malta lá de cima também têm direito'. Acrescentou que não estava a fazer este discurso para a comunicação social, uma vez que esta não estava presente, mas sim para os Senhores Deputados, no sentido de lhes pedir ajuda, que não era para ele, mas sim para as pessoas que precisam.

Concluiu, dizendo à Senhora Deputada Susana Constante Pereira o seguinte: 'não me dê lições sobre o que é que eu devo falar, porque eu senão também tenho de lhe dar lições sobre o que eu acho que a Senhora deve falar e nós nunca mais nos entendemos'.

O Senhor Deputado Alberto Machado (PSD) quis dar nota que o seu Grupo Municipal ia fazer chegar à Mesa um pedido formal para que fosse disponibilizado aos elementos daquela Assembleia, uma relação dos custos que o Município tem tido com estas medidas de combate à Covid.

Acrescentou que este facto não ficou perfeitamente claro, contudo com a apresentação que teria já sido enviada aos Membros, a mesma poderia esclarecer um pouco melhor as ideias, relativamente às verbas que o Município está a gastar com esta pandemia, e que gostariam de ver com maior detalhe.

Apresentou uma segunda nota para dizer ao Senhor Presidente da Mesa que, em função daquilo que este lhe tinha dito há pouco, considera que não lhe compete fazer considerações políticas acerca das intervenções dos Senhores Deputados daquela Assembleia, cabendo-lhe sim dirigir os trabalhos com isenção e com imparcialidade e, portanto pedia-lhe que o fizesse.



Concluiu com uma última nota, endereçando um convite ao Dr. Rui Moreira, para ir assistir à Assembleia de Freguesia de Paranhos que iria decorrer naquele dia, no Auditório da respetiva Junta de Freguesia, expressando que teriam todo o gosto em que pudesse estar presente, podendo assim ouvir o que têm feito na Freguesia de Paranhos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que gostaria de dizer duas coisas ao Senhor Deputado Alberto Machado.

Em primeiro lugar, quis esclarecer que relativamente à contratação da Câmara, poderia consultar o Base Gov, para poder encontrar o que queria ver.

A este propósito, referiu que não sabia se, por acaso, a Freguesia de Paranhos também utilizava o Base Gov, mas que atendendo ao facto de que este existe, considera que é absolutamente inaceitável que se levantem essas questões sobre esta matéria, ou seja, uma suspeita, que pura e simplesmente não aceita.

Realçou que acha muito bem que o Senhor Deputado Alberto Machado faça oposição, porque considera que fazer oposição é um ato patriótico. No entanto, tem notado que este têm ido àquela Assembleia levantar estes ‘fumos’, sem nenhum contributo positivo, mas que depois chegam ao Parlamento e não fazem oposição, porque não é patriótico. Apesar de tudo, disse que considera que o Senhor Deputado Alberto Machado é um patriota e é um bom munícipe, porque faz oposição, mesmo quando levanta ‘fumos’, como estava a levantar.

O Senhor Deputado Alberto Machado (PSD) veio dizer ao Senhor Presidente da Câmara que pedia desculpa se ele interpretou mal as suas palavras, porque não foi isso que quis dizer e que, em momento algum, quis levantar qualquer tipo de dúvida. Esclareceu que aquilo que tinha dito foi que o *Power Point* que lhes tinha sido apresentado no início e que, entretanto, já tinham tido oportunidade de receber, não é totalmente esclarecedor relativamente às verbas que são gastas em cada uma das medidas, porque nem todas elas estão quantificadas. Neste sentido, esclareceu que o requerimento que irão fazer chegar será para que as medidas possam estar todas quantificadas.



Deliberação: Aprovada, com 21 votos a favor (RM) e 25 abstenções (12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN).

2. Deliberação sobre a Aquisição em direito de preferência dos imóveis sitos à Rua Justino Teixeira, nºs. 228 a 244 e Rua Monte da Estação, nºs. 79/85/97 e 101.

(NUD/144340/2020/CMP)

A Senhora Deputada Susana Constante Pereira (BE) disse que relativamente ao assunto deste ponto, são quatro os fatores preponderantes para o Bloco de Esquerda, que fundamentam aquilo que será uma votação favorável, no que se refere ao exercício deste direito de preferência.

Em primeiro lugar, quis referir que têm em consideração o histórico deste exercício de direito de preferência pela Câmara, sendo que esta teve que recorrer a Tribunal para cumprir o seu papel, nomeadamente o de evitar a informalidade pelos demais neste negócio imobiliário e que, portanto, isso é importante.

Em segundo lugar, disse que o Bloco de Esquerda entende, tal como tem dito várias vezes neste Órgão Autárquico, que o exercício do direito de preferência é um dos mecanismos, no que toca a uma visão de cidade, que traz para a responsabilidade pública respostas de habitação e que, por isso, vai ao encontro das necessidades habitacionais da cidade.

Em relação às ilhas, em concreto, que esta aquisição também reflete, consideram que estas têm, de facto, uma evidente função social para a habitação, dependendo do estado em que elas estão.

Afirmou que, neste caso, congratula-se pelo facto destas poderem ser úteis para uma política com rendas acessíveis e suportáveis pelas famílias.

Em terceiro lugar, considerando não menos importante, referiu que o exercício deste direito de preferência evita o despejo de trinta agregados familiares, e se a Câmara não o tivesse exercido, alguém teria adquirido.



Sublinhou que o risco que se adivinhava era este, pelo que a proteção destes agregados familiares deverá, no entender deste Grupo Municipal, ser garantido em pleno, nomeadamente, através da melhoria das suas condições de vida e habitacionais.

Fez notar que, tanto quanto conhecem do espaço em causa, será necessária intervenção e que gostariam de saber se ela vai acontecer.

Finalmente, quis realçar o território em que se situam estes imóveis, concretamente em Campanhã, que é uma zona da cidade que já há algum tempo está sinalizada, estando em risco acentuado de gentrificação e cada vez mais apetecível, em face do que ali se adivinha.

Quis acrescentar que, por outro lado, sendo também esta uma zona imobiliária, consideram que é, de facto, um bom investimento social.

Para além das razões apontadas para este voto favorável, sublinhou que deixariam a questão, além da que já tinham deixado anteriormente relativamente à intervenção nas habitações que não estão habitadas, se elas passarão a integrar a resposta habitacional do Município, passando a ser uma alternativa concreta para as famílias da cidade que se encontram em carência, receando que agora até venham a ser mais.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira, em resposta à Senhora Deputada Susana Constante Pereira, disse que as quatro razões que ela tinha invocado eram exatamente aquelas que os levaram a exercer o direito de preferência naquelas habitações.

Afirmou que não se resignaram à situação com que foram confrontados, que litigaram, esperando vir a ter sucesso. E que, naturalmente, pretendiam manter as famílias que lá habitam, reabilitar também essas habitações e utilizar o *stock* disponível para juntar à resposta habitacional que a Câmara do Porto está a dar à população carenciada.

Considerou também que esta é uma zona, naturalmente, de grande apetência, porque a construção do Terminal Intermodal de Campanhã vai transformá-la



numa zona muito mais aprazível e, por isso, querem de facto, garantir que lá continuarão a viver as pessoas que sempre lá viveram.

O Senhor Deputado Artur Ribeiro (CDU) manifestou que relativamente a este ponto, subscreve tudo o que foi dito, nomeadamente pela Senhora Deputada Susana Constante Pereira.

Quis sublinhar que a Câmara quando teve conhecimento de que isto estava à venda, no prazo legalmente estabelecido disse que queria comprar. Referiu que, no entanto, não foi observado o direito de preferência, não respeitaram essa intenção da Câmara e venderam.

A este propósito, afirmou que sabe que quem comprou tem a intenção de despejar quase toda a gente e que há cinco ou seis famílias que ficam lá.

Deu nota que existem 31 casas, e tanto quanto sabe, estão todas habitadas, pois ainda lá esteve há muito pouco tempo. Acrescentou o que a Câmara fez, naturalmente, foi para Tribunal e que este para poder continuar o processo, reclama uma deliberação da Assembleia Municipal e, por isso, é que estão ali para dar a sua concordância.

Recordou que esta é também uma forma de a Câmara garantir àquelas famílias, o direito à habitação, a maior parte delas muito vulneráveis e que vivem lá, em muitos casos, há muitos anos.

Deu nota que é uma zona da ARU da Estação e que a Câmara deve naturalmente utilizar, como tem feito aliás em vários sítios, o direito de preferência, para contribuir e garantir que as famílias não sejam expulsas da cidade.

Concluiu, dizendo que considera que devem votar favoravelmente.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira agradeceu a intervenção do Senhor Deputado Artur Ribeiro.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) disse que a sua intervenção será no sentido daquilo que no passado o PSD tem defendido, relativamente a esta matéria.



Afirmou que, de facto, condicionaram a sua aprovação deste exercício sistemático do direito de preferência, a um conjunto de requisitos que ali não viam satisfeitos, pelo menos de forma clara.

Realçou que não está em causa a proteção ou preservação de património, que se trata de um aglomerado sem interesse histórico e que não considera que se trate de reabilitação urbana com afetação da função residencial, ou seja, habitação que não tenha já essa função residencial. Acrescentou também que não se trata da salvaguarda da função residencial para arrendatários de especial vulnerabilidade ou da recuperação de habitação de zonas sujeitas a uma forte pressão turística ou com escassa oferta residencial.

Considerou que, de facto, se em Campanhã, na Rua Justino Teixeira, existe pressão turística ou escassa função residencial, então ela existe em toda a cidade, porque é uma zona que precisa urgentemente de grande investimento e de requalificação, sendo maioritariamente de cariz e natureza residencial. Deu nota que para além destas questões de natureza formal e preliminar, esta avaliação que lhes é apresentada, remonta a agosto de 2018, considerando que é uma avaliação de completa superficialidade, não lhes dando a mínima garantia quanto ao bom fundamento da decisão tomada por parte da Câmara Municipal. Disse que, por outro lado, não se identificam sequer os contratos de arrendamento, existindo 29 ou 31 habitações que estão arrendadas, ou pelo menos duas das 31 habitações que estão identificadas, não têm renda.

Nesta medida, deu nota que não se avalia, de facto, quem são as pessoas que lá existem, qual é a duração dos contratos de arrendamento e qual o estado interior das habitações.

Referiu que se trata de uma avaliação completamente externa ao imóvel e que sendo uma avaliação de 2018, não deixa de ser estranho que a Câmara não tenha tido até agora, a oportunidade de aprofundar essa mesma nova avaliação. Por tudo isto, disse que sentiam-se à vontade para não acompanhar a Câmara nesta sua decisão.



Manifestou também que se trata de um investimento avultadíssimo, de 1 milhão e 200 mil euros, que em 2018, naturalmente, poderia ser o valor de mercado, mas que hoje, infelizmente, tem dúvidas que tenha o mesmo valor.

Fez notar que, associado a este custo estarão, naturalmente, custos de reabilitação que o avaliador, desde já, identifica como sendo necessários, pelo menos cerca de 1 milhão de euros. Disse, portanto, que no total para reabilitar, o que significa colocar num estado novo, mas não significa necessariamente que haja uma melhoria das condições habitacionais das pessoas que lá vivem, estamos a falar de 2 milhões de euros. Deu nota que existem 31 habitações, das quais 13 são T0, com menos de 25 m², pouquíssimos T2, sendo que o maior tem 78 m² e que, portanto, se isto significa que a Câmara vai preservar habitações e manter o estado em que as pessoas vivem, até agora, em habitações de 20 m², estamos perfeitamente esclarecidos, pelo que o investimento da Câmara vai ser necessariamente superior. Para além disso, considera que esta decisão põe em causa um investimento importante em Campanhã, que além do mais, foi reafirmado já por diversas vezes, por um investidor que estaria disponível para garantir a manutenção dos arrendamentos e a manutenção das pessoas que lá quisessem continuar, assim como a manutenção da função residencial deste investimento. Concluiu dizendo que estes 2 milhões que tinha referido se somam a cerca de 11 milhões de euros investidos no direito de preferência, desde o início do mandato do Dr. Rui Moreira, contando apenas com aqueles que vieram à Assembleia Municipal. Acrescentou que, de acordo com as suas contas, significa que a Câmara gastou, tirando o Bairro da Tapada, com cada inquilino relativamente ao qual exerceu o direito de preferência, 181 mil euros.

Realçou assim, a falta de racionalidade política que na sua ótica, está subjacente a esta opção.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que tinha muita dificuldade em responder à intervenção do Senhor Deputado Francisco Carapatoso, porque crê que este entrou em várias contradições, que passou a dar



conta: 'a Câmara está a impedir um fantástico investimento imobiliário, há um grande investidor, não sei se o Senhor o conhece, mas deve conhecer, deve conhecer um grande projeto que quer investir ali uma data de massa, mas é um tipo porreiro e vai deixar lá as pessoas que lá estão a viver, e eu acredito nisso'. Neste sentido, afirmou que se trata de uma garantia pífia, porque vale o valor de uma carta, não vale mais nada e que, por isso, não o convencia.

Considerou que o Senhor Deputado Francisco Carrapatoso estava a tentar montar uma tese sobre uma base que não existe, porque não podia acreditar, com certeza, que esse grande investidor seja muito generoso, a não ser que seja a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o que não lhe consta.

Sobre o que tinha sido dito sobre a falta de interesse histórico, entendeu que, provavelmente, o Senhor Deputado não sabe qual o interesse histórico daqueles que são os últimos bairros industriais da cidade do Porto.

Salientou também que aquilo não é exatamente uma ilha, é mais um bairro industrial e que, por acaso, considera que tem um grande interesse histórico, certamente mais do que construir para lá uma coisa qualquer apalaçada,

Quis também dizer ao Senhor Deputado Francisco Carrapatoso o seguinte: 'quando o Senhor fala que não há vulnerabilidade, então o Senhor não acha que as 29 famílias que lá estão, estão altamente vulnerabilizadas? Eu acho que eles estão altamente vulnerabilizados'.

Fez notar que o interesse histórico na cidade é um interesse que não é apenas o interesse patrimonial, mas que tem a ver com as suas comunidades. E, por isso, considera que bastaria a existência daquela comunidade, para haver um interesse histórico, porque as cidades não são desertas.

Manifestou que querem cidades com gente e, portanto, entende que numa zona que à volta vai crescer, é muito importante que se mantenha a característica interclassista da cidade.

Neste sentido, manifestou que tinha uma divergência absoluta e profunda com o pensamento ideológico que o Senhor Deputado Francisco Carrapatoso configurava relativamente ao aproveitamento do espaço de Campanhã.



Esclareceu que não queriam fazer de Campanhã apenas um sítio para grandes investimentos, que com certeza serão acautelados e, por isso, estão a fazê-los, mas que é essencial que as pessoas que sempre lá viveram, que mantêm esses laços, lá continuem a viver.

Quanto aos 180 mil euros por habitação, disse que não fez a conta, mas que tem muita confiança nos avaliadores que fazem esse trabalho.

Quis também recordar que a Câmara tem apenas 10 dias para exercer o direito de preferência e, portanto, a avaliação foi feita por avaliadores oficiais, num tempo *record*, e que atendendo a esse prazo, havia muita gente a trabalhar para escolher aquilo que vale a pena e que se justifique para a Câmara.

Informou que há muitas habitações que lhes são propostas, mas que não exercem um direito de preferência sistemático, tal como foi referido.

Deu conta que este é o caso mais evidente de direito de preferência, desde o Bairro da Tapada.

O Senhor Deputado Raúl Almeida (RM) veio dizer que a Câmara Municipal tem tido o bom senso de usar criteriosamente o direito de preferência e tem-no feito sempre 'para conforto de todos, ao serviço da cidade, de uma ideia de futuro da cidade, com gente da cidade e com a personalidade vincada da cidade'.

Realçou que é isso que está aqui a acontecer, que está-se a criar ou a proporcionar que se mantenha uma âncora social em Campanhã, prevendo o futuro, prevendo o desenvolvimento desta área da cidade, mantendo as suas gentes e o esteio que é a característica do tecido social de Campanhã. Quando dizem que isto não configura habitação social, então pergunta: 'para onde é que iriam estas 29 famílias se se cumprisse o desiderato, meramente economicista de as desalojar e mandar para outro lado'?

Explicou que não era habitação social aqui, mas muitas delas provavelmente, necessitariam de habitação social noutra área da cidade.

Revelou, portanto, que há aqui um ponto muito importante, que é o de manter essas famílias, de manter a característica do tecido social de Campanhã, de fa-



zer uma sociedade, e de fazer do Porto uma cidade e uma sociedade interclassista com todos, onde todos participam e onde não há exclusão por via da ação, só meramente económica ou financeira e de uma visão de cidade apenas para determinados estratos.

Sublinhou que isso só os pode, enquanto humanistas, congratular, pois são 31 fogos, são 29 famílias neste momento.

Salientou que conforme tinha dito o Senhor Presidente da Câmara e bem, as cidades desenvolvidas por toda a Europa, apostam na preservação do seu património, de habitação industrial e de habitação, ou na prática de habitação ligada ao seu desenvolvimento ao longo do tempo.

Fez notar que o Porto como cidade que se quer projetar, com tradição no futuro, deve também fazê-lo, sendo esta também aqui uma asserção histórica desta abordagem.

Disse que, portanto, teria que discordar quando ali disseram que 1 milhão e 200 mil euros é muito caro para manter 29 famílias no seu lar e para manter a característica, a marca forte do tecido social de Campanhã.

Por último, quis dar nota que é uma medição que se recusam a admitir e que apoiam a Câmara Municipal neste desiderato, que é um uso criterioso do direito de preferência.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com 40 votos a favor (21 RM + 12 PS + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN) e 6 votos contra (PSD).

3. Deliberação sobre o Aumento de capital e alteração dos Estatutos da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, E.M., S.A.

(NUD/155216/2020/CMP)

O Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, Filipe Araújo, apesar de considerar que está suficientemente detalhado nos documentos prestados, quis começar por dar nota de que no âmbito da constituição da Empresa Municipal



Porto Ambiente, obviamente secundada por estudos, nomeadamente de viabilidade económico-financeira, os mesmos tiveram que atender à legislação e àquilo que era o Plano Estratégico Nacional para a Área dos Resíduos Sólidos Urbanos, que se designa por PERSU 2020, ou seja, Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos 2020 e que, portanto, toda a constituição da Empresa foi obviamente adequada a essas metas que estavam lá plasmadas.

Salientou também que, já na altura dos contratos de gestão delegada, de constituição da Empresa, estava previsto um aumento de capital que seria efetuado já em momento posterior à constituição da mesma, que apontava para o ano seguinte, que seria 2018, e este de facto foi um aumento de capital que nunca chegou a ser realizado.

Deu nota que o PERSU 2020 foi um plano, que entretanto foi atualizado e para o qual foram definidos novos objetivos e que passou a designar-se por PERSU 2020+. Acrescentou que este incorpora metas e objetivos europeus que, entretanto, se foram alterando, estando todos conscientes, e bem, que a nível europeu há uma muito maior ambição nesta área, pelo que foi óbvia a transposição desses objetivos, para aquilo que são as metas nacionais, incorporadas neste plano estratégico.

Quis informar também que, neste momento, estão obrigados até 2023, a implementar um novo fluxo de recolha de resíduos orgânicos e que, portanto, irão ter que ter na cidade, além daqueles três fluxos que já se conhecem, um novo contentor, agora dedicado à recolha de orgânicos.

Neste âmbito, disse que já há muito trabalho feito neste momento, pela Porto Ambiente, mas que depois poderia explicar, se tivessem curiosidade. Adiantou que até 2023, tinham que implementar este novo fluxo orgânico, ter uma cobertura total da cidade, mas que há muitos outros objetivos como, por exemplo, os têxteis e outras metas que aumentaram substancialmente.

Sublinhou que, tal como sempre foi dito, desde a constituição da Empresa, este aumento e esta ambição europeia, é em tudo um excelente sinal, pelo que queriam atingir esses objetivos e serem uma referência neste âmbito.



Informou que para fazer face a estes desafios, a Empresa Municipal Porto Ambiente tem recorrido àquilo que é uma estrutura que se dedica a candidaturas de fundos europeus, nomeadamente a fundos nacionais como o POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, mas também a fundos do H2020 - Horizonte 2020, que como é do conhecimento geral, é um programa europeu que financia atividade por candidaturas e que têm uma taxa de aprovação, normalmente à volta dos 7%.

Considerou que a Porto Ambiente tem realizado também neste âmbito um ótimo trabalho e, portanto, tem tido sucesso nestas candidaturas e que, neste momento, totalizam cerca de 1,8 milhões de euros de financiamento, angariados através das candidaturas a fundos europeus. Acrescentou que, no entanto, obviamente, para quem conhece o mundo de execução destas candidaturas, estas também incorporam desafios e a sua execução aumenta bastante a exigência de tesouraria, a partir do momento em que tem que se operar.

Afirmou que, por força daquilo que foram as metas e a ambição, às quais há que fazer face, não só à execução destas candidaturas já em vigor, mas também a outras que possam querer candidatar-se, torna-se importante capitalizar a empresa.

Deu conta que o que fizeram, entretanto, foi atualizar esse estudo e que este foi disponibilizado aos Senhores Deputados. Neste sentido, considerou que o estudo permite, neste momento, ter uma imagem atualizada, face a estes planos que se foram alterando, quer europeus, quer nacionais, possibilitando ter um plano de negócios que permitirá a execução daquilo que é o contrato de gestão delegada, que tem assinado com a Câmara Municipal.

Concluiu dizendo que com este aumento de capital, os rácios de desempenho da Empresa são francamente melhores, o que explica a iniciativa que ali está à votação, de aumento de capital da Empresa Municipal Porto Ambiente.

O Senhor Deputado Joel Oliveira (BE) disse que neste ponto da ordem de trabalhos, a Assembleia Municipal aprecia o aumento de capital já aprovado pelo



Executivo, de 2,8 milhões de euros, passando aquela Empresa Municipal de Ambiente do Porto a ter um capital social superior a 3,2 milhões de euros. Afirmou que, conforme espelha a legislação autárquica, a realidade das alterações previstas para a Empresa Municipal do Ambiente tem que ter devido suporte num estudo, sendo que lhes foi disponibilizado, tendo em conta os investimentos previstos: 20 milhões de euros até 2030, parte significativa de 12 milhões de euros para a renovação da frota de veículos pesados de recolha de resíduos e também o aumento do quadro de pessoal em 2021.

Acrescentou que outros elementos tidos em conta para o aumento de capital e correspondentes alterações estatutárias tem a ver com as diretivas da ERSAR, Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, sobre a cultura dos custos dos serviços de gestão de resíduos urbanos, bem como o previsto aumento para 270 toneladas, na recolha seletiva de resíduos em porta a porta residencial e o alargamento para 2 mil aderentes na rede de recolha seletiva a empresas.

Deu nota que para o Bloco de Esquerda, esta proposta concreta que agora se decide, deve criar todas as condições financeiras e estatutárias para que a EMAP – Empresa Municipal de Ambiente do Porto, possa responder de forma positiva aos exigentes desafios desta área, sendo que essa é a responsabilidade do Executivo.

Neste sentido, disse que não votariam contra, mas que abster-se-iam.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) manifestou que é sempre uma sensação de frustração para quem está na Assembleia Municipal, quando tem que apreciar a transferência de verbas para as Empresas Municipais, sendo que depois, objetivamente, não têm o controlo da atividade dessas Empresas Municipais.

Considerou que existe uma certa incongruência da própria legislação, porque a fiscalização e a discussão dos documentos fundamentais das Empresas Municipais não passam pela Assembleia Municipal, pois apenas é dado conhecimento, mas que depois quando chega a hora da verdade, do ponto de vista da transfe-



rência de verbas, a Assembleia Municipal é chamada a intervir. Neste caso concreto, deu nota que estão a falar de um aumento relativamente àquilo que estava previsto, de uma transferência logo no início da constituição da Empresa.

A este propósito, quis acrescentar que o Senhor Vereador tinha referido que estava previsto que houvesse uma transferência de uma verba, na altura, de cerca de 1,3 milhões de euros e que, agora estava a ser proposta uma transferência de 2,8, o que significava um acréscimo de 1,5 milhões, relativamente àquilo inicialmente previsto, sendo que tal foi justificado por um conjunto de exigências e de projetos.

Apesar de considerarem positivo que a Câmara tenha decidido por constituir uma Empresa Municipal, em vez da concessão, têm como posição de fundo que seria preferível que fosse integrado nos próprios Serviços Municipais e não fosse necessária a criação de uma Empresa, até pelo facto da possibilidade de escrutínio por parte da Assembleia.

Neste sentido, disse que iriam abster-se nesta votação e aproveitou para lançar um desafio à Assembleia, para que num dia destes pudessem realizar uma Assembleia Municipal Extraordinária para discutir a atividade desenvolvida por esta Empresa. Tendo em conta que já tinha decorrido, cerca de três anos da sua atividade, disse que poderiam conhecer melhor os projetos em que a mesma está envolvida, podendo também ao mesmo tempo, dar a sua opinião sobre as políticas seguidas pela Empresa nas várias áreas e esferas de competência.

O Senhor Deputado Francisco Carrapatoso (PSD) veio dizer que o PSD, como é do conhecimento geral, não votou favoravelmente a criação ou a constituição desta Empresa Municipal, tal como aconteceu com a decisão de internalizar os serviços de limpeza e que, por isso, não iria acompanhar favoravelmente esta proposta.

Disse que não votariam contra, pois entendem que existem razões que são justificadas, designadamente o que se relaciona com um conjunto de objetivos, que já tinham sido referidos pelo Senhor Vereador e que consideram como necessários, enquanto um conjunto de novas valências que agora eram exigidas.



No entanto, quis repisar e reforçar que essas eram exigências que já eram colocadas, no âmbito dos concursos de concessão que foram lançados pela Câmara e que, portanto, tal não era novidade.

Por outro lado, referiu também que este valor de capitalização, que eufemisticamente se designa por recapitalizar, não sendo mais do que subsidiarização da Empresa, é um valor muito superior àquele que estava inicialmente previsto.

Lembrou as palavras, quer do Senhor Vereador, quer até de Deputados que apoiam o Senhor Presidente Rui Moreira, que diziam que, de facto, esta era uma solução mais barata e mais eficiente do que aquela que existia no passado, quando se referiam à internalização dos serviços, apesar das soluções alternativas de concessão desses serviços.

Disse partilhar da mesma opinião do Senhor Deputado Rui Sá, uma vez que impõe-se naturalmente a análise, em sede de contas de gerência e na apreciação das contas consolidadas do grupo Câmara Municipal e, eventualmente, também num debate sobre o papel e sobre aquilo que tem sido feito por esta Empresa Municipal.

Afirmou que tem fortes indícios de que de facto, os serviços que a Empresa Municipal neste momento está a prestar, em matéria de limpeza urbana, serão seguramente mais caros do que aquilo que estava projetado, quer inicialmente, quer face à alternativa que existia há três anos atrás.

Disse que também tem dúvidas que a solução seja hoje melhor, em termos de eficiência e de limpeza, do que seria com outra solução alternativa, mas tal como tinha dito, não iriam inviabilizar o aumento de capital, também não poderiam voltar favoravelmente, pelo que iriam abster-se.

O Senhor Deputado Alfredo Fontinha (PS) disse que, em relação ao aumento de capital e alteração dos estatutos da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, entende o Partido Socialista que o crescimento da Empresa, as novas responsabilidades e os objetivos a concretizar, justificam um aumento de capital. Sublinhou que a proposta de aumento de capital, que lhes é apresentada, passa de 465 mil 566 euros, 200 mil euros em dinheiro e 265 mil 566 em espécie, para 3



milhões 265 mil 566 euros, com um reforço de 2,8 milhões de euros, totalmente concretizados em dinheiro e que lhes parece exagerada, para além de não estar devidamente fundamentada. Acrescentou que esta é justificada com os gastos de investimento da empresa, mas, de facto, visa suprir dificuldades de tesouraria, que resultam em parte das novas exigências da atividade de recolha e tratamento dos lixos.

Neste sentido, disse que lhes parece não haver uma boa razão para fazer de imediato esta injeção de capital, que se estima necessária para resolver problemas da Empresa numa década, até 2031.

Fez notar que seria mais prudente optar agora, por um aumento de capital mais modesto, e ir avaliando a evolução das circunstâncias, ao longo dos próximos anos, por exemplo, com a dissolução do Fundo Porto Douro e o regresso ao património municipal dos edifícios onde a Empresa está instalada.

Referiu que tal facto levaria ao não pagamento de cerca de 1,8 milhões de euros de rendas, no período de 2021 a 2031.

Quis também perguntar: 'Quererá a Câmara atribuir agora um substancial reforço, de 2,8 milhões de capital à Empresa, para depois o receber em rendas'? A propósito desta pergunta, comentou que tal facto lhe parecia no mínimo, estranho.

Concluiu, dizendo que estavam de acordo com a alteração dos estatutos da Empresa Municipal de Ambiente do Porto, dado que esta resulta do aumento de capital.

Afirmou que por todas estas razões, o voto do Partido Socialista seria a abstenção.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN), em relação a esta proposta disse que gostariam de salientar como positivo, o facto de a Empresa Municipal de Ambiente do Porto estar a apostar naquilo que é a recolha seletiva de resíduos, aliás, como bem tinha dito o Senhor Vereador, que têm metas europeias de implementação da recolha seletiva de bio resíduos para cumprir. Mas, por outro lado, face também àquilo que foi a exposição que foi feita e àquilo que tem sido



o acompanhamento das políticas municipais nesta área, disse que teriam que lamentar que ainda não haja ambição em grau suficiente, na redução da produção de resíduos e também na redução dos seus quantitativos, encaminhados para destino final, neste caso, para incineração.

Deu nota que da parte do PAN, esperam que esta transferência de verba, no fundo, este investimento na EMAP, também possa significar, e como de alguma forma, lhes pareceu também haver vontade, na intervenção que o Senhor Vice-Presidente fez, que o Município do Porto possa efetivamente apostar em sistemas inovadores, que já demonstraram em várias países excelentes resultados e até a título de exemplo, projetos-pilotos em Portugal, como aconteceu no Município de Guimarães.

A este propósito, tendo em conta os dados do Município de Guimarães, após a implementação do sistema *Pay As You Throw*, verificou-se claramente uma redução na produção de resíduos, talvez cerca de 35% e até um aumento na recolha seletiva de 86%.

Neste sentido, entendem que falta ainda trilhar um caminho importante na gestão dos resíduos no Porto, não obstante, obviamente, reconhecerem que o caminho tem sido feito e trilhado, mas também na perspetiva de avaliarem o que aí vem com este investimento e como se traduzirá o mesmo em termos de políticas municipais, pelo que optarão por se abster nesta proposta.

O Senhor Vice-Presidente da Câmara, Filipe Araújo disse que, de facto, algumas das questões levantadas pelo Senhor Deputado do Partido Socialista, o seu caro amigo Alfredo Fontinha, tinham já sido esclarecidas, mas que obviamente, com todo o gosto esclareceria de novo.

Primeiro, quis dar nota que há que ter em conta um aspeto que é absolutamente crítico, que todos deverão ter bem presente que é, estar proibido por lei que a Câmara financie investimento às Empresas Municipais.

Esclareceu, portanto, que este valor não está relacionado com isso, o que está bem esclarecido no EVEF, Estudo de Viabilidade Económico-Financeiro.



Explicou que, aliás, este aumento de capital é para executar um plano de negócios, que ascende a 293 milhões de euros e garantir a liquidez necessária à sua execução. Chamou à atenção para o plano negócios, dizendo que até durante esse plano, está previsto um valor de cerca de 20 milhões de euros de investimentos, entre 2020 e 2031, portanto, que isso esclarece bem, que aquele valor que estavam ali a discutir de aumento de capital, nem poderia, nem é para esse fim.

Em relação à questão que também já tinha sido levantada em Executivo, sobre o valor que estava naquele plano para o aluguer dos espaços, e compreendendo essa possibilidade que se afigura num futuro próximo da dissolução do Fundo, esclareceu que as Empresas Municipais continuarão a pagar por esse aluguer à Câmara Municipal do Porto e que, portanto, ele continuará a afinar naquilo que são os custos que a Empresa irá ter que assumir durante a execução deste contrato de gestão delegada.

Sobre a intervenção da Deputada Bebianá, disse que gostaria de referir, por uma questão que lhe parece justa, que o Município do Porto é reconhecido nacional e internacionalmente, precisamente pela ambição que tem a nível do setor dos resíduos. Considerou, no entanto, que infelizmente, o país vive numa confusão total sobre aquilo que são os objetivos que têm que cumprir e de que há pouco tinha falado.

Deu nota que o país continua a mandar, quase metade dos resíduos que produz para aterro, dizendo que não via fim nenhum à vista neste país para acabar com isso, pois as metas europeias que já tinha referido são muito ambiciosas, uma vez que estabelecem que têm que atingir 10% de resíduos que vão parar a aterro.

Nesta medida, perguntou: 'sabe quanto é que o Porto envia para aterro neste momento'?

Afirmou que envia menos de 1% de resíduos para aterro e acrescentou que era verdade que, uma parte desses resíduos vai parar à central de valorização energética, como as quinhentas centrais de valorização energética que existem por toda a Europa.



Fez notar que a central de valorização energética é monitorizada, desde há muitos anos, pela Universidade de Aveiro e está dentro de todos os parâmetros dos melhores que existem.

Deu conta que o Município do Porto orgulha-se de fazer parte daquela que é uma associação intermunicipal, com mais sete Municípios, que faz toda a gestão em alta e que permite que todos os fluxos que têm, desde o orgânico, o papel, os plásticos, etc., todos eles tenham centrais de valorização desses produtos.

Reconheceu que são, de facto, uma referência mundial, incluindo os projetos de consultadoria que a LIPOR - Serviço Intermunicipalizado de Gestão de Resíduos do Grande Porto tem, neste momento, a decorrer pelo mundo fora nesta área.

Nesta medida, considerou que competiam nesta área, de igual para igual, com outros países e que, de facto, tinham um caminho a percorrer na área da reciclagem e que o têm feito, lançado vários programas.

Deu nota do programa porta-a-porta que o Município do Porto tem, com cerca de duas mil habitações envolvidas, cuja taxa de reciclagem associada a essas habitações, é de cerca de 60% e que, portanto, o Município no seu todo anda à volta dos 37%, mas que naquelas zonas tem cerca de 60%.

Disse que nos últimos anos têm vindo a descer na produção de resíduos indiferenciados e a crescer a *double digit*, em termos de resíduos recicláveis.

Quis dar esta noção, dizendo que há muito tempo que recolhem orgânico, no porta-a-porta, residencial, e que este tem vindo a aumentar no não doméstico.

Em relação ao doméstico, afirmou que têm hoje cerca de duas mil habitações que participam nessa recolha e que irão expandir muito à custa deste investimento, que conseguiram por parte dos fundos europeus. E, por isso, esperam que até 2023, a cidade do Porto continue e possa ser cada vez mais uma referência nesta área.

Considerou que, perante a intervenção que assistiu e às vezes, por algum desconhecimento da matéria, teria que deixar estas notas. Isto, porque ouvia muitas intervenções, mesmo a nível nacional, a falarem sobre estes temas, quando de facto em Portugal se o quisessem fazer, em vez lerem jornais e perceber o que é que outras cidades, muitas vezes com mais planos de marketing fazem, seria



bom perceber-se o que é que na nossa região fazemos, porque, de facto, é uma referência reconhecida a nível internacional.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) quis referir que, no seguimento desta intervenção e deste esclarecimento adicional do Senhor Vice-Presidente que desde já agradecia, gostava no fundo reconhecer mais uma vez que há, de facto, a ambição, que há um caminho que tem sido feito e que notava nas palavras do Senhor Vice-Presidente que há, claramente, um caminho por fazer. Sublinhou que aplaudiam e incitavam à expansão deste programa da recolha porta-a-porta e de tudo aquilo que sejam, no fundo, estratégias e políticas de incentivo à reciclagem, à separação devida e evitar aqui, de facto, que estejam a direccionar para aterro.

Em relação ao custo de enviar resíduos para aterro, disse que vai sofrer uma transformação, acrescentando que este ano também veriam que impacto é que isso tem.

A este propósito, referiu que gostaria de deixar o repto de poderem, em Assembleia própria, discutirem mais aprofundadamente este tema, que tem toda a pertinência para a cidade.

O Senhor Deputado Alfredo Fontinha (PS) agradeceu o esclarecimento prestado pelo Senhor Vice-Presidente, mas disse que na questão das rendas, não estava de acordo. Explicou que se está para breve a dissolução do fundo Porto Douro, regressará à Câmara esse património, logo sendo a Câmara detentora do capital da Empresa Municipal Ambiente do Porto, poderia atribuir uma renda absolutamente simbólica, mas nada que seja parecida com 1 milhão e 800 mil euros, que a Empresa vai pagar de 2021 a 2031.

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) manifestou que não podia deixar de agradecer publicamente ao Partido Socialista, o facto de lhe ter cedido cinco minutos no primeiro ponto.



Deliberação: Aprovada, com 21 votos a favor (RM) e 25 abstenções (12 PS + 6 PSD + 3 CDU + 3 BE + 1 PAN).

E nada mais havendo a tratar, o **Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite**, submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade** e anunciou que a Continuação da Sessão Extraordinária iria realizar-se no dia 18 de maio de 2020, seguida de uma Sessão Extraordinária, declarando encerrada a Sessão, eram 20h20.

O Presidente da Assembleia Municipal



Miguel Pereira Leite

A Primeira Secretária



Paula Ribeiro de Faria